

A história do Estado de Israel: Desafios, Personagens e Fatos Hechos



No Machon de Madrichim seguimos acreditando 100% na educação proporcionada pelas tnuot e seu impacto significativo e importante em cada um dos chanichim e chanichot que vão sábado a sábado aos distintos kenim.

Sem dúvida, as tnuot enfrentam uma quantidade muito variada de desafios. Para que a tnuá continue a ter um lugar central na educação judaica - sionista, vocês, madrichim de tnuot, fazem dezenas de projetos, investem milhares de dólares, doam centenas de horas de trabalho voluntário, criam espaços únicos, e lutam contra a indiferença do nosso mundo com amor e empatia. Todo esse trabalho que vocês fazem todos os dias é freqüentemente afetado de maneira muito negativa por um problema muito grande: a falta de conteúdo.

Acreditamos que essa falta de conteúdo é uma das ameaças mais sérias que as tnuot têm como movimento educativo. Sem conteúdo, não conheço; se eu não conheço, não posso falar sobre isso; se eu não falar sobre isso, não posso fazer alguém pensar; se eu não posso fazer pensar, não vou ser capaz de fazer crescer, se eu não faço crescer não estou educado.

Queridos madrichim, hoje em dia o conteúdo está em tantos lados que às vezes não está em nenhum. O que essas jovrot tentam fazer humildemente é dar valor ao conteúdo e ao papel da leitura em instituições que querem mudar realidades como as Tnuot Noar. Ao longo do programa tentamos despertar curiosidade para que vocês, por conta própria, queiram saber mais, descobrir e sonhar com novos conteúdo que trazemos. Esperamos sinceramente que estas jovrot nos aproximem dos nossos objetivos e que em 5 anos, quando falemos de tnuot, falaremos que, além de ser um lugar mágico e único no mundo, também falaremos sobre madrichim com conteúdo que sabem onde querem chegar.

Muita sorte,

Tzevet HaMachon LeMadrichim

Índice

A Declaração de Independência de Israel	4
Movimentos Juvenis e suas Contribuições para a Sociedade Israelense	7
Guerra da Independência	Error! Bookmark not defined.
ALTALENA: O BARCO QUE (quase) DIVIDE A NAÇÃO	16
A Grande Aliá	18
Acordo de Reparações com a Alemanha, 1952-1956.....	24
Guerra do Sinai (Operação Kadesh).....	27
A OLP	28
Guerra dos Seis Dias, 1967.....	32
Guerra de Yom Kipur.....	36
A Reviravolta: a direita assume o poder, 1977	Error! Bookmark not defined.
O acordo de paz com Egito, 1979	Error! Bookmark not defined.
A Primeira Guerra do Líbano (1982)	Error! Bookmark not defined.
A Primeira Intifada, 1987-1992.....	Error! Bookmark not defined.
O segundo maapach (1992)	46
Os Acordos de Oslo (1993-95)	47
O assassinato de Rabin (1995)	Error! Bookmark not defined.
Camp David II e Taba (2000 e 2001)	Error! Bookmark not defined.
Anos 2000.....	51
Plano de desconexão – 2005	52
A Segunda Guerra do Líbano	Error! Bookmark not defined.
Operação Chumbo Fundido (2008-2009) – Oferet Ietzuka	Error! Bookmark not defined.
Protestos sociais – 2011.....	Error! Bookmark not defined.
Operação Pilar de Defesa – 2012 – Amud Anan	Error! Bookmark not defined.
Operação Margem Protetora – Tzuk Eitan, 2014	62
Conceitos básicos.....	64
Personagens.....	69

Declaração de Independência de Israel

A terra de Israel foi o lugar onde nasceu o povo judeu. Aqui sua identidade espiritual, religiosa e nacional foi formada. Aqui eles conquistaram independência e criaram uma cultura de significado nacional e universal. Aqui eles escreveram a Bíblia e a deram ao mundo.

Exilado da Palestina, o povo judeu se manteve fiel a ela em todos os países de sua dispersão, jamais cessando de orar e esperar por seu retorno e pela restauração de sua liberdade nacional.

Impulsionados por este vínculo histórico, os judeus lutaram através dos séculos por voltar à terra de seus pais e recuperar seu país. Nas últimas décadas, eles voltaram em massas. Eles recuperaram o deserto, reviveram sua língua, construíram cidades e aldeias e estabeleceram uma comunidade vigorosa e crescente com vida própria econômica e cultural. Eles buscaram a paz, mas sempre estiveram preparados para se defender. Eles trouxeram a bênção do progresso para todos os habitantes do país.

No ano de 1897, o Primeiro Congresso Sionista, inspirado pela visão de Theodor Herzl do Estado Judeu, proclamou o direito do povo judeu a uma renascença nacional em seu próprio país.

Este direito foi reconhecido pela Declaração Balfour de 02 de novembro de 1917, e reafirmado pelo Mandato da Liga das Nações, que deu um reconhecimento internacional explícito à conexão histórica do povo judeu com a Palestina e seu direito a reconstruir seu Lar Nacional.

O Holocausto nazista, que engolfou milhões de judeus na Europa, provou novamente a urgência do restabelecimento do Estado Judeu, que resolveria o problema da falta de um lar para os judeus, abrindo os portões para todos os judeus e elevando o povo judeu à igualdade na família das nações.

Os sobreviventes da catástrofe européia, assim como judeus de outras terras, proclamando seu direito a uma vida com dignidade, liberdade e trabalho, e incontinentes por desgraças, sofrimentos e obstáculos, têm tentado incessantemente entrar na Palestina.

Na Segunda Guerra Mundial, o povo judeu na Palestina deu uma total contribuição na luta das nações amantes da paz contra o horror nazista. Os sacrifícios de seus soldados e os esforços de seus trabalhadores lhe fez merecer figurar ao lado dos povos que fundaram as Nações Unidas.

Em 29 de novembro de 1947, a Assembléia Geral das Nações Unidas adotaram a Resolução para o estabelecimento de um Estado Judeu independente na Palestina, e instou os habitantes do país a tomar os passos que fossem necessários de sua parte para concretizar o plano.

Este reconhecimento pelas Nações Unidas do direito do povo judeu a estabelecer seu Estado independente não pode ser revogado. Ele é, ademais, a direito auto-evidente do povo judeu de ser uma nação como todas as outras nações, em seu próprio Estado soberano.

ASSIM, NÓS, os membros do Conselho Nacional, representando o povo judeu na Palestina e o movimento sionista do mundo, reunidos hoje em assembléia solene, no dia do término do Mandato britânico na Palestina, em virtude do direito natural e histórico do povo judeu e da Resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas,

AQUI PROCLAMAMOS, o estabelecimento do Estado Judeu na Palestina, a ser chamado ISRAEL.

AQUI DECLARAMOS que, com o término do Mandato à meia-noite, nesta noite de 14 para 15 de maio de 1948, e até a devida instalação dos organismos do Estado eleitos em conformidade com uma Constituição, a ser redigida por uma Assembléia Constituinte não após o primeiro dia de outubro de 1948, o presente Conselho Nacional irá agir como administrador provisório, constituindo-se no Governo Provisório do Estado de Israel.

O ESTADO DE ISRAEL será aberto à imigração de judeus de todos os países de sua dispersão; promoverá o desenvolvimento do país em benefício de todos os seus habitantes; será baseado nos preceitos de liberdade, justiça e paz ensinados pelos profetas hebreus; defenderá total igualdade social e política para todos os seus cidadãos, sem distinção de raça, credo ou sexo; garantirá total liberdade de consciência, culto, educação e cultura; protegerá a santidade e inviolabilidade dos templos e lugares sagrados de todas as religiões; e se dedicará aos princípios da Carta das Nações Unidas.

O ESTADO DE ISRAEL estará pronto a cooperar com os órgãos e representantes das Nações Unidas para a implementação da Resolução da Assembleia de 29 de novembro de 1947, e tomará os passos para trazer uma União Econômica para toda a Palestina.

Apelamos às Nações Unidas para que ajude o povo judeu na construção de seu Estado e a admitir Israel na família das nações.

Em meio a uma brutal agressão, instamos ainda aos habitantes árabes do Estado de Israel para que retornem aos caminhos da paz e façam sua parte no desenvolvimento do Estado, com total e igual cidadania e a devida representação em seus órgãos e instituições – provisórios ou permanentes.

Oferecemos paz e boa-vizinhança a todos os Estados vizinhos e seus povos, e os convidamos a cooperar com a nação independente hebraica para o bem comum de todos.

Nosso chamado vai ao povo judeu em todo o mundo para que se junte a nós na tarefa de imigração e desenvolvimento e fique ao nosso lado na grande luta para o cumprimento do sonho de gerações – a redenção de Israel.

Com confiança na rocha de Israel, assinamos esta Declaração, nesta sessão do Conselho Provisório do Estado, na cidade de Tel Aviv, nesta véspera de sábado, 5º dia do mês de Iyar de 5708, 14 de maio de 1948.



Movimentos Juvenis e suas contribuições para a Sociedade Israelense

Hanna Shapira e Rachel Peleg

Sociologia da Educação – compilação de artigos , 1986

A maioria dos movimentos juvenis em Eretz Israel foram estabelecidos na Diáspora, onde já eram ativos. De fato, os primeiros membros dos movimentos em Eretz-Israeli pertenciam, anteriormente, às mesmas *tnuot noar* da Diáspora.

As raízes dos movimentos pioneiros dos movimentos juvenis em Israel podem ser encontradas em três fontes: movimentos juvenis alemães, movimentos de escoteiros anglo-saxões e movimentos juvenis judaicos na diáspora. Os movimentos juvenis alemães contribuíram para a fundação de uma cultura juvenil única, com aspirações missionárias e utópicas, separando-se da cultura adulta. O programa do movimento enfocou a questão do lugar dos jovens na sociedade e sua experiência adolescente particular. O movimento juvenil Alemã Livre foi influenciado pelo espírito do romantismo que governou a Europa na época e seus princípios centrais se baseavam na fuga para a natureza e no folclore. As atividades do movimento juvenil foram baseadas em grupos de membros com grande identificação e solidariedade, que se uniram em torno de um líder carismático. O que mais motivou muitos jovens a se reunirem e se juntarem ao movimento juvenil da Alemanha Livre foi uma declaração de rebeldia e negação da rígida ordem social que marcou a Alemanha do século XIX.

O movimento Escoteiro também enfatizou os valores únicos da adolescência, mas ao mesmo tempo manteve laços estreitos com a sociedade adulta. A ideia de abraçar os princípios da sociedade era parte da visão do fundador do movimento, Baden-Powell, que acreditava que o escotismo deveria ser, principalmente, uma forma de recreação e de enfatizar a "servidão" ao público em geral. Este movimento também desenvolveu a conexão com a natureza, por meio de grupos pioneiros que criaram seus próprios símbolos de status. Em contraste com a natureza elitista do movimento juvenil alemão e suas tendências sectárias, o movimento escoteiro não enfatizou os fundamentos da liderança carismática e foi caracterizado por seu alto nível de abertura social. Diante da rebeldia do movimento alemão, o escotismo foi marcado por uma tendência de continuidade intergeracional.

Movimentos juvenis judaicos cresceram no início do século na Alemanha (Tchelet Lavan) e na Europa Central e Oriental (Hashomer Hatzair). Entre outros movimentos, movimentos juvenis judaicos religiosos também foram estabelecidos. Esses movimentos geralmente tinham uma atmosfera de rebelião e aspirações reformistas em relação à sociedade judaica da diáspora.

Os movimentos juvenis sionistas cultivaram grupos pioneiros que pretendiam imigrar para a Palestina. Em suas estruturas organizacionais, o espírito do escotismo era evidente, mas desde o início, seus objetivos foram integrados em conceitos ideológicos de movimentos políticos. E, nesse sentido, os movimentos descobriram relações ideológicas e organizacionais com diferentes facções políticas sionistas e com a Organização Sionista.

Bebendo de diferentes fontes

À medida que se desenvolviam em Israel, os movimentos juvenis pioneiros adotaram alguns aspectos únicos dessas três culturas, criando um modelo novo e original. Do movimento alemão, o movimento juvenil israelense deu ênfase na dimensão jovem e nas expressões da cultura jovem, que se distingue da sociedade adulta. Do movimento anglo-saxão, o movimento juvenil israelense herdou a dimensão "Escotismo". Essa dimensão dá ênfase às atividades de entretenimento do consumidor em detrimento do restante das atividades do movimento, da conformidade com o centro político existente e apoia a existência do movimento como uma estrutura educacional complementar em vez de uma alternativa às organizações educacionais existentes. O movimento juvenil judaico na diáspora proporcionou aos movimentos israelenses um caráter rebelde e um desejo de inovação, juntamente com a disposição de participar de missões nacionais e coletivistas. Também marcou o movimento juvenil sionista com sua natureza ideológica, o que levou a uma divisão significativa e forte interação com os partidos políticos.

O estabelecimento do movimento juvenil, a seleção estrita de algumas das características presentes nos movimentos existentes e a adaptação dessas características às condições existentes em Israel - essas foram as condições que ajudaram a criar um fenômeno único, sem paralelo nos países ocidentais, nos países do bloco comunista e até mesmo nos países em desenvolvimento, onde Israel ofereceu assistência para criar movimentos juvenis baseados no modelo israelense.

Em 1923, foi fundada a Organização Juvenil de Trabalho (Hanoar Haoved), cujo objetivo era unir a juventude trabalhadora judia na Palestina. Ao desenvolver uma ideologia de classe proletária, a organização também adotou os princípios dos outros movimentos juvenis, incluindo a "auto-realização" (Hagshama) em assentamentos coletivos. O movimento Mahanot Haolim foi fundado em 1927 e visava principalmente recrutar estudantes do ensino médio. O Hashomer Hatzair foi fundado em 1929. Foi inicialmente filiado ao Kibbutz Ha'artzi e depois ao partido da União dos Trabalhadores. Também em 1929, o movimento juvenil religioso Bnei Akiva foi estabelecido, seguido pelo movimento Ezra. Esses movimentos aspiravam criar uma síntese do judaísmo e do socialismo - e estes também foram integrados à ideologia geral.

O movimento Hanoar Hatzioni estava ligado à classe média baixa liberal e próximo dos sionistas gerais. O segundo movimento sionista geral foi o Maccabi, que enfatizou mais elementos esportivos-escoteiros do que a ideologia pioneira. O Beitar era um movimento de direita que, juntamente com sua integração na tendência geral pioneira, discordava da maneira como as relações com os árabes e as políticas externas eram gerenciadas.

O movimento Tzofim (escoteiros) carecia de filiação partidária. Foi fundado em 1919 e em 1921 foi estabelecido como uma federação geral de todos os grupos de escoteiros que estavam ativos em Israel na época. Dois anos depois, duas correntes dentro do movimento surgiram: uma defendendo uma orientação de assentamento, a outra apoiando uma abordagem pioneira geral. A ala "assentamento" desistiu e, no final dos anos 1920, fundiu-se com Machanot Haolim. Nas décadas de 1930 e 1940, os Tzofim adotaram a ideologia nacionalista-socialista e muitos membros do movimento juntaram-se a assentamentos cooperativos existentes e até estabeleceram novos assentamentos próprios.

Educação para Princípios Nacionalistas

Uma análise da posição social dos movimentos juvenis em Israel indica que, durante o período Yishuv, sua importância foi vista primariamente à luz de seu objetivo declarado: fornecer uma reserva de pioneiros para delinear os assentamentos de trabalhadores, o que era de importância crucial para o desenvolvimento do Yishuv. Considerando este objetivo, foi possível examinar tanto a influência dos movimentos quanto seus sucessos em relação ao seu propósito. No entanto, paradoxalmente, a taxa de colonos "auto-realizados" não ultrapassou os 5% do total de jovens imigrantes com estes objetivos declarados, o movimento foi percebido como de extrema importância.

Esse paradoxo pode ser conciliado com o argumento de que o sucesso e a importância do movimento juvenil não foram medidos, de fato, pela porcentagem de imigrantes no Yshuv; era medido por funções sociais ocultas, que os movimentos haviam cumprido com sucesso e que eram um subproduto da educação para a auto-realização. A esse respeito, vale destacar a introdução de algumas noções particulares: identificação com princípios nacionais e o encontro com valores e sujeitos políticos, direcionando a juventude para papéis sociais e preparatórios para participação, envolvimento e responsabilidade na vida pública.

(...)

Fortalecimento das tendências existentes

Destrinchando os resultados do estudo, alguns dos quais foram descritos acima, chegamos a conclusão de que mais do que a ação do movimento juvenil como um agente de mudança da realidade social, este também é um agente educacional que fortalece as tendências existentes e aprofunda sua influência. Acontece que com a intensificação das tendências patrióticas - ou aqueles que afirmam: nacionalistas - entre o público israelense como um todo, há uma tendência similar entre os membros dos movimentos juvenis. Em nosso estudo, verificou-se que no campo da identificação com os valores nacionais-israelenses, os membros dos movimentos são mais propensos do que suas contrapartes que não estão presentes no movimento. Em outras palavras, o movimento juvenil não apenas modera essa tendência, mas também a fortalece.

No campo dos princípios socioeconômicos, parece que a influência dos movimentos de esquerda sobre seus membros está diminuindo ao longo dos anos, enquanto o impacto dos movimentos de direita sobre seus membros está aumentando.

Parece que desde a década de 1950 tem havido uma tendência em Israel de reduzir o "campo de esquerda" na sociedade e fortalecer a direita. As eleições de maio de 1977 podem ter sido o destaque deste processo. Os movimentos juvenis, portanto, parecem mais uma vez reforçar as tendências gerais que prevalecem na sociedade e ser, menos, agentes de mudança.

Em nossa opinião, como no passado relativamente distante, quando os movimentos de direita não conseguiram provocar uma mudança significativa nas crenças políticas ou socioeconômicas da maioria decisiva da juventude israelense, os movimentos de esquerda não estão conseguindo, nosso tempo presente, bloquear os processos relacionados à ascensão da direita política e ideológica e "proteger" seus membros contra essa crescente influência.

Por outro lado, descobrimos que uma proporção relativamente alta dos membros dos movimentos (e ainda mais entre os ativistas) são os filhos de pais que eram ativos nos movimentos juvenis e, muitas vezes, nos mesmos movimentos (mais de 50% em relação aos membros e mais de 60% em relação aos ativistas).

Em outras palavras, não apenas o movimento juvenil não é uma estrutura para manifestações de protesto ou agitação intergeracional, mas os filhos dos ex-membros tendem a se unir e agir nos mesmos movimentos.

Os movimentos juvenis são, portanto, percebidos como refletindo as tendências político-ideológicas predominantes, e não como sujeitos de ideias de mudança ou inovação. Eles não são, portanto, vistos como um elemento que se tornou obsoleto. Pelo contrário, parece ser um mecanismo poderoso que garante a continuidade da sociedade.

Guerra da Independência

A Guerra da Independência começou no dia seguinte à adoção da resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas a favor da divisão de Eretz Israel e teve 3 fases principais:

Fase A: entre o Ishuv judaico e os árabes de Israel

- a. Entre o Ishuv (povoado) judaico e os árabes em Eretz Israel imediatamente após a Resolução da ONU sobre a Partição (novembro de 1947 a maio de 1948).
- b. A invasão dos exércitos árabes, cada um de uma frente diferente: exércitos da Síria, Egito, Líbano, Jordânia e Iraque (15/Maio a 25/Maio).
- c. Ponto de virada no qual as forças judaicas conseguiu superar os exércitos árabes.

O preço da guerra para o povoado judaico foi extremamente alto: um por cento de toda a população do Ishuv, mais de seis mil morreram em combate.

A alegria que reinou em Israel depois da Resolução das Nações Unidas sobre o Plano de Partição não durou muito tempo. No dia seguinte da Resolução os habitantes árabes iniciaram a GUerra. Um a guerra de terror contra todos os possíveis objetivos judaicos. Esse estágio foi chamado de "a luta pelo transporte" ou "a luta pelas estradas", porque um dos problemas centrais da época era como manter seguro o transporte dos judeus nas estradas, especialmente o contato com Jerusalém, Neguev e as aldeias da Galiléia

Os árabes identificaram o calcanhar de Aquiles da distribuição da população judaica: sua rede de estradas, canais de água e eletricidade, que transformavam os 650 mil colonos do Ishuv em um bloco nacional unificado em Eretz Israel. Como essas estradas passavam por áreas árabes, era fácil cortá-las e isolar os assentamentos judaicos.

Do ponto de vista militar, esse estágio é conhecido como a fase defensiva, na qual as forças judaicas não tinham consenso sobre como os ataques deveriam ser tratados. O esforço principal foi colocado em defesa das cidades existentes e o esforço para quebrar o cerco imposto às diferentes cidades.

Em abril de 1948, a força judaica foi ao ataque e conseguiu dominar grandes áreas do futuro estado judeu. Ben Gurion pressionou por uma mudança radical na política militar judaica. Não mais defesa, mas ataque e conquista; não só a defesa das cidades judaicas, mas a conquista de cidades árabes para a criação de uma continuidade territorial judaica.

A Haganá empreendeu uma série de ataques e conseguiu controlar toda a Jerusalém ocidental (o Bairro Judeu na Cidade Velha permaneceu desconectado). Nesta etapa foram conquistadas Haifa, Tibérias, Safed, Beit Sheán, Yaffo e Acco pelo Palmach (as forças da Haganá e do Etzel).

Fase B: Após a Declaração da Independência: invasão dos exércitos árabes

Às 0h00 do dia 15 de maio, o mandato britânico em Eretz Israel terminaria oficialmente. Os Estados Unidos propuseram à liderança de Ishuv adiar a fundação do Estado e chegar a um acordo de armistício na esperança de que tal entendimento pudesse impedir uma invasão árabe e o extermínio da população judaica. Ben Gurion recusou. Na tarde do dia anterior ao final do mandato, em 14 de maio, Ben Gurion declarou, em nome do Conselho do Povo, a fundação do Estado Judeu em Eretz Israel.

A invasão dos países árabes ocorreu no dia seguinte, 15/5/1948. Paralelamente, a guerra civil entre os habitantes judeus de Israel e os árabes continuou. Cinco exércitos árabes- Egito, Síria, Iraque, Jordânia e Líbano- lançaram um ataque total contra Israel.

O Ishuv teve que reagir organizando-se rapidamente. Em 1º de junho, a organização Haganá se tornou o Exército de Defesa de Israel (Tzahal). A unificação de todas as forças judaicas sob um comando, o rápido fornecimento de armas e as mudanças estratégicas da liderança do Ishuv significaram uma reviravolta na guerra.

*"Com a criação do Estado de Israel, a Haganá saiu do esconderijo e se tornou um exército regular... Foi criado o exército regular do Estado de Israel, um exército de emergência e independência de Israel foi criado em sua terra... **Nas mãos deste exército está depositada, a partir de agora, a segurança do povo e da pátria.**"*

David Ben Gurion

De repente, os países árabes sentiram que sua vitória não estava garantida. Seus líderes foram convencidos a aderir à proposta de mediação da ONU e fazer uma trégua temporária a partir de 11 de junho por quatro semanas (primeira trégua). A trégua foi usada por ambos os lados para o reagrupamento e renovação de forças.

Durante a trégua, o Tzahal se organizou para a continuação dos combates: da Tchecoslováquia vieram dezenas de milhares de fuzis, milhares de metralhadoras e a primeira aeronave de combate. Milhares de novos soldados também foram recrutados e treinados.

Você sabia...?

Durante a trégua, o famoso incidente Altalena ocorreu em 22/06/1948:

"Um homem mais velho, um dos comandantes do Etzel, que chegou com o navio, perde o controle, explode e grita: 'Por que você está atirando em judeus? Por que você contra judeus?' Eu lhe respondo: 'Quando os judeus pararem de atirar contra nós, deixaremos de atirar nos judeus.' Judeus atiram em judeus. Por longas horas. Judeus são feridos e mortos, por balas de outros

judeus. Na trégua entre uma batalha da Guerra da Independência e a seguinte, quando a importância de cada combatente é imensurável". Yitzhak Rabin, livro de serviço.

Yitzhak Rabin, Caderneta de Serviço

Fase C: Mudança no equilíbrio de forças até o final da guerra

De 8 a 18 de julho, aconteceram as "Batalhas dos Dez Dias". A iniciativa foi assumida pelo Tzahal, que em vários ataques contra os exércitos árabes e forças do Exército da Salvação conseguiu controlar grandes áreas na Baixa Galiléia, na Sefelá, e no Corredor de Jerusalém.

De 19 de julho de 1948 a 20 de julho de 1949, foi a etapa que incluiu a segunda trégua. Nesta fase, o Tzahal lançou várias operações militares grandes, que se estenderam por vários dias (Operação Yoav, Operação Hiram, Operação Horev e Operação Ovda). Estas, conseguiram controlar grandes áreas na Galiléia, no Neguev e em Aravá, com o objetivo de fixar os feitos realizados no campo. O Exército de Israel derrotou o exército egípcio.

Esta fase foi caracterizada por extensas pausas entre os trechos bélicos.

Em 24 de fevereiro de 1949, o acordo de armistício foi assinado com o Egito e, dois dias depois, o exército egípcio retornou ao território de seu país. O acordo alcançado estabelecia que o Neguev permaneceria inteiramente nas mãos de Israel, com exceção da Faixa de Gaza, que permaneceria sob controle egípcio.

Em 23 de março, um acordo de armistício foi assinado com o Líbano. A linha de armistício foi estabelecida na fronteira internacional.

Em 3 de abril o acordo de armistício com a Jordânia, em que estavam sob o controle do reino da Jordânia o bairro judeu da Cidade Velha, Gush Etzion ao sul de Jerusalém e as aldeias ao norte da cidade.

Em 20 de julho de 1949, o acordo de armistício foi assinado com a Síria, após uma árdua e prolongada negociação. O sírio era o único exército árabe que controlava os territórios de guerra destinados ao Estado judeu nas áreas de Eretz Israel do Mandato. Finalmente, os sírios concordaram em evacuar os territórios, incluindo Mishmar Hayarden, que tinha sido conquistado pelos sírios no início da guerra. O território tornou-se desmilitarizado até a Guerra dos Seis Dias.

Todos esses acordos eram acordos de armistício, e não acordos de paz ou "fim do conflito".



Os povoados abandonados na Guerra da Independência.

Na Guerra da Independência houve mudanças dramáticas na composição nacional da população de Eretz Israel e na propriedade dos terrenos, cerca de 80% dos habitantes árabes do território que mais tarde se tornaria o estado de Israel fugiram.

A causa direta desta fuga foi o chamado dos líderes árabes à população árabe de Eretz Israel. Houve um pedido para que os árabes deixassem temporariamente suas casas até que os exércitos árabes se apoderassem de todo o território.

Além disso, houve evacuações de assentamentos árabes por ordem da Haganá. Houve também expulsões. No território que mais tarde seria o Estado de Israel havia, antes de 1948, 450 aldeias árabes; cerca de 350 delas foram parcial ou totalmente abandonados. Até mesmo Haifa e Yaffo se esvaziaram quase inteiramente de seus habitantes árabes. A área de terras abandonadas é de cerca de 350.000 hectares. Parte das terras abandonadas foram transferidas para o governo de Israel e parcialmente a custódia de ausentes, e, depois de um tempo, foram colocadas à disposição do assentamento judaico.

Você sabia...?

"No jornal libanês-nova-iorquino Al Huda de 8 de junho de 1951, pelo cronista Javiv Isa: "O Secretário Geral da Liga Árabe, Azam Faja, prometeu aos povos árabes que a conquista da Terra de Israel e Tel Aviv seria tão simples como uma excursão militar... Ele assegurou que eles já estavam nas fronteiras e que todos os milhões que os judeus gastaram em terra e desenvolvimento econômico seriam uma roubo fácil, porque será muito fácil lançar os judeus no mar Mediterrâneo ... Aconselhou aos árabes de Eretz Israel a abandonarem suas terras, suas casas e suas posses e se estabelecer temporariamente nos países irmãos vizinhos, para que os canhões dos exércitos árabes invasores não venham e façam deles uma colheita ".

Plano de divisão
Novembro 1947



Israel no final da
Guerra, 1949



Yerushalaim dividida em dois:
Israel e Jordânia



ALTALENA: O BARCO QUE (QUASE) DIVIDE A NAÇÃO

TUVIA BOOK

O "Caso Altalena" reflete as dores do parto da nova nação. Foi a continuação da luta ideológica entre a ideologia sionista socialista de esquerda defendida por David Ben Gurion e o pensamento revisionista sionista de centro-direita, cujo líder foi Menachem Begin. A questão ainda pode provocar reações emocionais mais de seis décadas depois!

No decorrer do primeiro mês da Guerra da Independência, o Estado judeu renascente perdeu 1176 soldados. Embora não existam estatísticas exatas disponíveis, as perdas dos exércitos árabes invasores também foram extremamente altas. Portanto, ambos os lados aceitaram prontamente a trégua negociada pela ONU. Ambos tinham um espaço valioso para descansar, redistribuir, treinar e planejar. Foi no mesmo dia do acordo de trégua que o Altalena deixou o mesmo porto francês que o desafortunado Êxodo havia navegado no ano anterior.

Em 20 de Junho de 1948, no início do primeiro cessar-fogo durante a Guerra da Independência, o Altalena, fretado pelo ramo europeu da Irgun de Menachem Begin, que, além de nove imigrantes, continha "duzentos e cinquenta e metralhadoras leves, com cinco mil rifles e um monte de munição" (Judaica, 368) atingiu as costas do recém criado estado de Israel. Poucos dias depois, o Altalena foi destruído e incendiado a setecentos metros da própria costa do mar de Tel Aviv. Chaim Arlosoroff (o primeiro prefeito de Tel Aviv) havia sido assassinado quinze anos antes no dia anterior.



O Altalena queimando nas margens de Tel Aviv (Assessoria de Imprensa do Governo de Israel)

Existem duas narrativas diferentes de porque o Altalena foi destruído por ordem de Ben Gurion. Begin afirma que ele trazia as armas tão necessárias para seus combatentes do Irgun, que haviam se juntado às Forças de Defesa de Israel um mês antes, como a facção independente que lutava em

Jerusalém. Ben Gurion afirmou que o Irgun estava tentando assumir o controle militar. O navio inicialmente atracou em Kfar Vitkin, ao norte de Tel Aviv, com o conhecimento e a aceitação tácita de Ben Gurion e das Forças de Defesa de Israel, e descarregou a maioria dos refugiados. As forças das Forças de Defesa de Israel deram a Begin e aos seus homens um ultimato de dez minutos para entregar-lhes todas as armas. Begin queria negociar. O impasse tenso foi quebrado por pequenas armas de fogo e houve vítimas de ambos os lados.

No meio do tiroteio em Kfar Vitkin, o Altalena levantou âncoras e (Begin) seguiu para a rua Frishman, em Tel-Aviv. Ele esperava poder negociar e assim evitar mais derramamento de sangue (Revolt, 237). Ben-Gurion viu isso de outra perspectiva. Em uma coletiva de imprensa, quando o navio chegou a Tel Aviv, o ministro das Relações Exteriores anunciou:

O Governo está determinado a manter sua soberania e sua capacidade de cumprir com suas obrigações internacionais. Não permitirá que grupos armados indisciplinados fomentem a anarquia política e militar. O navio de Etzel (Irgun) deve ser entregue ao governo imediatamente e incondicionalmente.

O comandante da força do Palmach na praia, Yitzhak Rabin (primeiro-ministro de Israel assassinado) recordou que "havia uma sensação de golpe militar... foi um dos momentos mais difíceis de que me lembro" (do documentário "Altalena" por Ilana Tzur). Outro oficial do Palmach recordou: "Foi uma batalha para salvar a democracia israelense... foi um choque entre as camisas azuis (socialistas) e marrons (revisão)" (Tzur).

Quando o tiroteio começou na praia de Tel Aviv, foi intenso, pois cada um tinha fortes sentimentos e emoções sobre a outra facção. Rabin, justificando a decisão de Ben Gurion de usar a força, afirmou que "se Ben Gurion não tivesse feito o que fez, o resultado teria sido desastroso para Israel e seu exército" (Tzur). O ódio mútuo era tão intenso que mesmo depois de uma artilharia lançada de Camp Yonah golpeou o Altalena e incendiou a munição, sobreviventes do Irgun que nadavam à terra foram atingidos pelas forças do Palmach /Forças de Defesa de Israel que estavam na praia!

Os restos do Altalena queimado permaneceram um ano na praia de Tel Aviv, como uma ferida que se recusava a sarar. Ben-Gurion justificou sua ação declarando: "Não nos julguemos uns aos outros. A história decidirá onde se encontra a justiça. Um único exército, um único governo, uma única autoridade nacional ". Ele também fez outra declaração muito mais controversa sobre o caso Altalena. De acordo com a imprensa, David Ben-Gurion declarou: "Abençoado é o canhão que explodiu o barco de armas."

Pelo contrário, Menachem Begin, apesar do fato de que seus seguidores alegaram vingança depois que dezesseis outros soldados de Irgun foram mortos na praia de Tel Aviv, se elevou acima da atmosfera de ódio mútuo e desconfiança e declarou: Guerra civil ? Jamais!

Ben-Gurion não queria exércitos separados dentro das Forças de Defesa de Israel e, portanto, ordenou a integração do Irgun e do Palmach no nas Forças de Defesa de Israel. Inicialmente, a desconfiança mútua dificultou essa cooperação. Do caráter de Ben Gurion, Walter Laqueur escreve:

Ele introduziu um elemento de dureza, determinação e obstinação incomum entre os homens e mulheres daquela geração, e era um animal completamente político, às vezes suspeito de maquiavelismo. De certa forma, mais perspicaz que seus colegas, ele poderia ser incrivelmente teimoso e idiossincrático (maneira de ver, de sentir e de reagir, própria de cada pessoa) em suas decisões...

Então, Begin tentava um golpe militar? Nas próprias palavras de Begin: Os mal intencionados sussurraram que pretendíamos transportar as armas para os nossos arsenais subterrâneos. Mas a verdade é que até então não tínhamos mais arsenais secretos. Nós tínhamos dado ao exército todas as nossas armas e equipamentos, e eles tinham total conhecimento de onde todos os nossos pontos de concentração tinham sido. Depois que saímos do esconderijo e depois de toda a nossa gente ser conhecido pelo exército, como diabos poderíamos ter escondido armas suficientes para equipar dez batalhões de infantaria?

Coragem ou traição? Em última análise, como o caso Altalena é avaliado ainda depende da ideologia política.

Fuente: The Times of Israel

A Grande Aliá

A Declaração de Independência, em 5 de Yiar de 5708, desencadeou uma onda sem precedentes de aliá na história do movimento sionista. Desde a Declaração da Independência até o final de 1961, mais de um milhão de Olim chegou a Israel, o que aumentou consideravelmente a população judaica que, às vésperas da criação do Estado, tinha cerca de 650.000 de almas.

A primeira onda de aliá foi a maior da história do país: até 1954, cerca de 740.000 pessoas fizeram aliá. Ou seja, em seis anos a população israelense superou o dobro.

A maioria dos olim chegou nos primeiros três anos, até 1951. Cerca de 10.000 a 30.000 pessoas chegavam a Israel todos os meses. Juntamente com a alegria da aliá, as ondas de imigração apresentavam enormes dificuldades para o Estado.



Nenhum país do mundo, especialmente um que acaba de ser fundado, teve que enfrentar uma onda de imigração de dimensões semelhantes em tão pouco tempo.

O processo de absorção do olim começou, de fato, antes mesmo de sua chegada. Em seus países de origem ou em países vizinhos, bases de saída e de "Haapalá" (imigração ilegal, burlando os obstáculos britânicos) foram estabelecidas para Israel. A Agência Judaica organizou essas bases e os Olim viviam nelas, às vezes por longos períodos. Uma continuação direta dessa forma de absorção foram os acampamentos de olim montados em Israel, em que suas necessidades básicas eram atendidas: abrigo, alimentação, educação, serviços de saúde, etc. Após uma estadia de um ano ou dois no acampamento de Olim, muitos foram transferidos para as Maavarot.

Você sabia...?

Uma maavará ou, em seu nome oficial, uma cidade de absorção, "era um assentamento temporário no Estado de Israel na década de 1950." A idéia de erguer maavarot foi de Levy Eshkol, em seu cargo de Diretor do Departamento de Povoamento da Agência Judaica. As Maavarot foram construídas, em geral, nas margens dos assentamentos existentes ou em assentamentos árabes abandonados, para fornecer moradia para os Olim que chegaram na grande onda de Aliá após a criação do Estado.

Plano de fundo da aliá

Crise económica em Israel

Após a Guerra da Independência, o Estado estava atolado em uma profunda crise econômica. O governo precisava de moeda estrangeira para adquirir armas, equipamento militares, alimentos, matérias-primas essenciais e recursos adicionais para financiar a grande aliá, cujas dimensões eram impossíveis de estimar com antecedência e preparar-se adequadamente. O governo estabeleceu um regime econômico conhecido como "Tzena": racionamento de alimentos e roupas para todos os habitantes do país e limitações na importação de produtos de luxo. Até a própria aliá tinha limitações, ainda que por um curto período de tempo. A fim de

absorver os novos olim, o Estado tinha que proporcionar-lhes moradia e emprego, e o novo Estado atuou nesses dois níveis dentro das possibilidades disponíveis naquele momento.

Características dos olim

Dezenas de milhares de judeus solicitaram fazer aliá após a Declaração de Independência. Entre eles, dois grupos de judeus que estavam em uma verdadeira crise e tiveram que ir a Israel por uma questão de urgência: a população de "Sheerit Haplita" - judeus que haviam atravessado o horror da Shoá na Europa e que estavam concentrados nos campos de exilados na Europa Ocidental e nos campos de detenção dos britânicos no Chipre; e judeus de vários países islâmicos, nos quais a fundação do Estado de Israel desestabilizou sua situação e havia temor por sua segurança pessoal.

Você sabia...?

Dos países muçulmanos foram trazidos várias comunidades inteiras de judeus, o que foi chamado de "Aliá de Salvamento".

Principais operações de aliá:

1. " Operação Ezrah e Nechemia": 130.000 judeus trazidos do Iraque.
2. " Operação Tapete Mágico": 45.000 judeus trazidos do Iêmen.

Países de origem:

Ásia: 279.000 olim dos seguintes países:

Iraque (45%), Iêmen, Turquia, Irã, Síria, Líbano, Índia e outros.

África: 245.930 olim dos seguintes países:

Marrocos (53%), Argélia, Tunísia, Líbia, Egito e outros.

Europa: 462.929 olim dos seguintes países:

Romênia (36%), Polônia (31,7%), União Soviética, Bulgária, Hungria e outros.

América: 12.136 olim dos seguintes países:

Argentina (35,5%), EUA e Canadá (34%), Brasil (9,7%) e outros.

Características dos olim

	Países da Europa e América	Países da Ásia e África
Aliá comunitária	Não: aliá de famílias individuais	Sim: aliá de comunidades inteiras, grandes famílias, "chamulas" (clãs)
Tamanho das famílias	Pequenas	Grandes

Tradição e religiosidade	Laicos	Tradicionalistas
Formação educativa formal	Parte deles	Não
Ideologia nacional	Sim	Não sempre
Concepção de "Israel"	Oportunidade do Estado Judeu	Terra Santa
Idiomas	Europeus	Árabe/línguas asiáticas
Forças propulsoras da aliá	Shoá, pogroms, não há para onde voltar, é difícil reconstruir a vida de antes.	Uma mudança drástica no status dos judeus como resultado da humilhação dos países árabes na Guerra da Independência.
Força de atração da aliá	Sionismo. Refúgio.	Terra Santa. Refúgio.

Dificuldades

Choque cultural: foi uma aliá diferente de todas as outras que vieram antes. Até a fundação do estado, a principal aliá era dos países europeus. Em contraste, na década de 1950, muitos olim de países muçulmanos da Ásia e da África chegaram a Israel. Os olim vieram de uma ampla gama de países, culturas, etnias e idiomas diferentes. Esta população, com todas as suas características e costumes, era estrangeira para os olim veteranos e aos nativos do país.

Moradia:

As centenas de milhares de olim que chegaram precisavam de moradia, mas não havia apartamentos disponíveis. Alguns olim conseguiram achar moradia por conta própria. O Estado proporcionou uma resposta para esse problema, alojando parte do olim em instalações que anteriormente serviam ao exército britânico e em casas árabes cujos moradores fugiram ou foram expulsos. Além disso, o Estado alojou parte dos olim nos acampamentos de olim e depois em Maavarot, até que se encontrasse lares permanentes. Os acampamentos e as Maavarot foram montados apressadamente, não foram construídos infraestrutura de água, eletricidade, estradas de acesso e as condições de vida eram difíceis. A intenção era que os Olim permanecessem lá por um curto período de tempo.

Muitos olim foram levados para 150 moshavim agrícolas fundados para eles e receberam o nome de "Moshavei Olim". Muitos desses Olim tinham vivido em seus países de origem em cidades urbanas e se dedicavam ao comércio. Eles não estavam interessados em viver no campo. Eles não tinham o conhecimento necessário para se dedicar à agricultura e não estavam acostumados com a vida coletiva que caracterizava os moshavim.

A maioria dos Olim que se mudaram para os Moshavim o fizeram porque queriam fugir das duras condições nos campos de Olim, e alguns deles foram transferidos para lá quando chegaram a Israel. Como resultado, muitos deles deixaram os novos assentamentos depois de uma curta estadia e muitos Moshavim sofreram dificuldades por muitos anos.

Emprego:

Os novos olim precisavam de emprego, mas a economia israelense não estava preparada para a absorção de dezenas de milhares de novos trabalhadores e o desemprego aumentou. Para reduzir as dimensões do desemprego, muitos olim foram empregados em obras públicas, conhecidas como "trabalhos de emergência", como plantio florestal, remoção de pedras, limpeza e manutenção nos povoados. A maioria desses empregos, criados para fornecer trabalho, eram empregos não qualificados, cujo salário mal dava para a sobrevivência básica. Eles não contribuíram para o crescimento econômico e não abriram novas oportunidades para os olim.

Com o tempo, o desemprego diminuiu, mas a integração dos olim no mercado de trabalho foi lenta, e sua dispersão nas cidades em desenvolvimento limitou sua capacidade de encontrar empregos adequados. Muitos dos olim caíram em uma situação socioeconômica grave.

Educação:

A educação foi uma das questões mais "complexas" e dolorosas da política interna de Israel em sua infância. No contexto da batalha pelas escolas nos campos de Olim e Maavarot, as várias forças políticas lutaram para impor seus pontos de vista sobre o perfil do Estado.

Na lei de educação obrigatória aprovada pela primeira Knesset em setembro de 1949, três artigos principais foram definidos:

- a. É obrigação do governo fornecer serviços educacionais entre as idades de 5 a 12 anos
- b. É obrigação dos municípios participar do fornecimento desse serviço
- c. É obrigação dos pais enviar seus filhos à escola de maneira estrita..

Na realidade de 1949, a lei foi uma tentativa utópica, por várias razões:

Primeiro, o grande aumento no número de estudantes, de 91.133 em 1948 para 18.797 em 1950. Isto implicou, em primeiro lugar, em uma gigantesca carga econômica para o Estado. Segundo, uma séria escassez de professores: o número de vagas cresceu de 4.153 para 8.440, mas os seminários não conseguiram formar suficientes graduados para cobri-los. A falta foi preenchida por professores não qualificados, muitos deles olim.

Além disso, de acordo com a lei mencionada, os pais tiveram que enviar seus filhos entre 5 e 12 anos de idade para a escola. A situação econômica da maioria dos Olim era extremamente precária, especialmente a das famílias grandes (como as famílias dos países árabes) e isso impedia que os pais mandassem seus filhos para a escola regularmente, uma vez que eles precisavam que os filhos trabalhassem. Um problema em si constituía as meninas, devido à tradição segundo a qual as meninas não estudavam, e também porque eram necessárias para ajudar suas mães na casa.

A educação nas Maavarot sofria de todos os problemas mencionados, mas em maior medida, sofria dos problemas relacionados às Maavarot. As Maavaroteram, principalmente, às margens

das cidades. Em 80% deles, as crianças estudavam na própria maavará. Escolas, creches pré-escolares e estruturas escolares complementares foram abertas para eles

A tudo isto se somava o problema das correntes ideológicas: a lei reconhecia quatro correntes educacionais oficiais (a corrente geral, a corrente operária, a corrente "Hamizrachi" e a corrente independente). Os pais podiam registrar seus filhos em uma delas e, de acordo com seus critérios, o Ministro da Educação poderia obrigar, por decreto, qualquer município a abrir e manter uma instituição educacional de uma determinada corrente. Assim, uma guerra de partidos começou nos campos de Olim, nas Maavarot e nas novas cidades agrícolas.

As disputas sobre correntes educacionais entre os Olim nas Maavarot no final dos anos 1950 e em 1951 foram travadas na imprensa, na Knesset e até mesmo no exterior. Eventualmente, isso levou à queda do governo. Eleições foram realizadas, um novo governo foi formado e a Lei de Educação Pública foi estabelecida em outubro de 1951.

A capacidade operacional do novo Ministério da Educação era limitada. De fato, as correntes foram as que organizaram as escolas, ocuparam-se para cobrir os cargos educacionais e seu desempenho, e abriram os quadros educacionais. O primeiro lugar foi ocupado pela classe trabalhadora, que educou 78% dos filhos de Israel.

As crises econômicas, as más condições sanitárias e climáticas (os invernos de 1950 e 1952 foram extremamente difíceis) impediram o processo educacional. Pouco a pouco a situação melhorou, mas não uniformemente em todo o país.

Conclusões:

As conseqüências sociais e econômicas das ondas de aliá dos anos 1950 foram a necessidade urgente de desenvolver o Estado de Israel, e sua contribuição para isso foi enorme. A população cresceu, centenas de novos assentamentos foram construídos, novas fábricas e estabelecimentos agrícolas foram construídos, a cultura e a arte israelenses se desenvolveram e um grande exército foi formado.

A diversidade dos olim nos anos 50 foi também a fonte de numerosas divisões na sociedade israelense e a sensação de discriminação com base étnica.

Esses sentimentos foram provocados pelo fato de que os habitantes mais veteranos de Israel eram em sua maioria da Europa e os novos Olim, provenientes de países da Ásia e do Norte da África, tinham dificuldades para se integrar a essa sociedade.

Entre os veteranos, alguns viam os novos olim como fracos e sem instrução, além de temer que sua chegada causasse uma mudança indesejável no país e em seu modo de vida. Muitos dos olim também não estavam satisfeitos: eles se sentiam dependentes de um estabelecimento formado por veteranos que definia onde eles viveriam, o que fariam e qual seria seu salário. A situação dos olim que se estabeleceram nas vilas e cidades em desenvolvimento era especialmente difícil.

A visão e a atitude social que acompanharam a absorção da grande aliá foram: reviver o passado do povo judeu em sua terra e uni-lo em torno de uma cultura israelense compartilhada. Os líderes do Estado tinham a concepção de "Cur Ituch", "Caldeirão de Raças": uma visão segundo a qual o povo se tornaria uma sociedade uniforme. Para alcançar essa visão, havia aqueles que argumentavam que os vários grupos de origem tinham que cortar seus laços com suas tradições passadas e, assim, os olim eram obrigados a mudar seus nomes para outros hebreus, etc.

O "Caldeirão de Raças":

Literalmente, "recipiente de fundição". É uma expressão metafórica de um processo de mudança em que sociedades heterogêneas e complexas, com pessoas de diferentes origens culturais, sociais, étnicas e religiosas, tornam-se mais homogêneas pela vida em comum e pela adoção de diferentes características culturais. Esse processo também é chamado de "assimilação cultural".

Nos primeiros anos do Estado de Israel, o primeiro-ministro David Ben Gurion estabeleceu uma política de fusão étnica de acordo com o conceito de "Reunião das Diásporas" e o "Retorno a Tzion".

Uma das expressões dessa fusão de diásporas israelenses foi a tentativa de projetar o caráter do sabra: o novo judeu, o israelense, como um produto do Cur Ituch, por meio do encontro recíproco em diversos espaços e os casamentos mistos entre os judeus de diversas comunidades na Terra Santa.

Acordo de Reparações com a Alemanha, 1952-1956

Com a independência de Israel, o Estado se encontrava em uma situação econômica dura e em estado de guerra. Era necessário adquirir armas e munições, pagar o sustento aos soldados e suas famílias, proporcionar aos cidadãos serviços essenciais, como educação, saúde e assistência social. Da mesma forma, os imigrantes que chegaram com a grande onda da aliyá tinham que ser absorvidos. Essas despesas deixaram o Estado quase sem meios de subsistência.

O Acordo de Reparações (também chamado de "Acordo de Luxemburgo") foi um acordo entre Israel e a Alemanha Ocidental. A partir deste, a Alemanha transferiu entre os anos de 1953 e 1965 cerca de 3 bilhões de marcos alemães para compensar o sofrimento e danos materiais provocados aos judeus no período da Shoá. Da mesma forma, a Alemanha prometeu pagar uma pensão a cada um dos sobreviventes da Shoá.

O Acordo de Reparações provocou um acalorado debate na sociedade israelense, incluindo violência na Knesset e nas vias públicas. Foi uma das disputas mais turbulentas ocorridas no país de maneira geral e, em particular, na Knesset. Muitos rejeitavam o acordo e afirmavam que as compensações era um documento de absolvição e perdão aos alemães pelo assassinato de seis milhões de judeus, o que não se pode perdoar ou ter clemência. O chefe do partido Cherut, deputado Menachem Begin, em seu discurso na mega-manifestação organizada por seu movimento no dia da votação na Knesset contra o acordo, falou duramente contra o governo: "Este governo, que começará as negociações com os assassinos aniquiladores de nosso povo, será um governo do mal, que baseará o seu poder sobre a baioneta (punhal) e a granada". Begin chamava à rebelião civil e ao não pagamento de impostos, mesmo que isso leve as pessoas à "masmorra de tortura" e "campos de concentração", mesmo que eles paguem com suas vidas.

Por outro lado, aqueles que apoiaram o acordo viram nessas compensações uma obrigação que os alemães devem cumprir por sua responsabilidade no genocídio. Eles destacaram a possível contribuição do dinheiro das reparações para melhorar a economia do país e ajudar na absorção da aliyá.

Disse Ben Gurion, sobre o Acordo de Reparações:

"Em 6 de janeiro de 1951, o governo de Israel apresentou aos quatro poderes (EUA, URSS, Grã-Bretanha e França) uma carta sobre o tema da indenização e restituição de propriedades que a Alemanha deve aos judeus. O fixamento das reparações baseou-se em dois entendimentos básicos:

- 1. Somos obrigados a devolver a propriedade saqueada dos judeus, para que o assassino não seja também o herdeiro da vítima.*
- 2. O Estado de Israel deve salvar os bens saqueados para os povoados e para a absorção de Sherit Haplitá (os sobreviventes)."*

Por sua parte, o chefe do partido e líder da oposição, o deputado Menachem Begin, em seu discurso na mega-manifestação organizada na Praça Tzion (kikar tzion) contra o acordo, disse:

"Se essa raiva tivesse que ser dirigida, teria vergonha de ser judeu; mas a verdade é que a raiva vem das profundezas do coração judaico e mostra que o povo de Israel não é uma nação de Sharett e Penkas; o povo de Israel é o povo de Herzl, de Nordau e de Ze'ev Jabotinsky, e ele próprio provará que não há negociações com a Alemanha. Chamo o Sr. Ben-Gurion! Não faça isso. Você coloca uma mina sob a construção da Casa de Israel que pode explodir seus habitantes. Também falo em nome do sangue derramado não só lá, em Maidanek e Oswiecim, falo aqui para que vocês não tenham que inclinar a cabeça frente aos gentios. Então eu digo ao Sr. Ben-Gurion: Não haverá negociações com a Alemanha, estamos todos prontos para dar a vida diante disso, não há sacrifício que não ofereceremos para eliminar essa conspiração. O Sr. Ben-Gurion colocou policiais e em suas mãos, de acordo com as informações que acabamos de receber, granadas e gás lacrimogêneo de indústria alemã, os mesmos gases que asfixiaram nossos ancestrais, tem prisões e campos de concentração. Embora Ben-Gurion seja mais velho que eu em anos, sou mais velho do que ele ao tentar resistir a um mau governo. E assim eu declaro: o mal enfrenta a justiça e se quebra como um cristal contra uma rocha. E assim, esta experiência feia será quebrada em face da resistência do povo "(Jerusalém, 1952)."

Em uma entrevista ao jornal "Haaretz", Rafi Eitan (Ministro da Aposentadoria de Israel, 2007) disse que, naquele momento, Israel havia calculado mal e não havia previsto muitos elementos ao fixar o valor dos pagamentos das indenizações. No final deste mês, o ministro das Finanças, Peter Steinbrück, visitará Israel para continuar as conversas com Eitan sobre o assunto. Angela Merkel, a chanceler federal alemã, aconselhou tratar a questão com "boa vontade".

Para Eitan, há cinco razões para reiniciar as negociações sobre pagamentos, que terminaram em 1962. Em 1952, ninguém poderia saber, disse ele, quantos sobreviventes do Holocausto iriam se estabelecer em Israel. Os tratamentos médicos e psicológicos caros para os sobreviventes também foram subestimados. A expectativa de vida daqueles que escaparam para o inferno também foi subestimada em 1952. E naquela época ninguém poderia prever que, a partir de 1990, outras 175 mil vítimas do Holocausto que viviam na antiga URSS iriam emigrar para Israel, onde hoje dependem da assistência médica e geral do Estado de Israel. A aposentadoria e assistência médica dos idosos sobreviventes de hoje é quatro vezes maior do que o estimado em 1952.

Depois de negociações difíceis com as associações de vítimas, principalmente mais do que octogenário, o governo israelense expressou disposição para aumentar os pagamentos para 200 euros por mês, em complemento aos sobreviventes do Holocausto que precisam dele. Originalmente, o governo havia planejado pagar apenas 15 euros por mês, o que provocou uma tempestade de reclamações e indignação..

Da recente resolução, apenas 8.500 sobreviventes seriam beneficiados. Cerca de 150.000 perseguidos pelo nazismo que atualmente vivem em Israel, continuariam sem receber nenhuma quantia. São principalmente os judeus que fugiram dos nazistas, por exemplo da Polônia para a URSS, para escapar da morte. Muitas dessas pessoas emigraram para Israel nos anos 90, após a queda da Cortina de Ferro e vivem hoje em condições difíceis. Também para esse círculo de pessoas Israel quer estender a ajuda.

Dalia Itzig, presidente do Parlamento, disse que "Israel exigiu reparações da Alemanha, mas não as usou de maneira lógica e justa. Agora queremos corrigir esse fato, para que possamos olhar novamente para os sobreviventes e dizer-lhes em nome da sociedade israelense: sentimos muito".

As reparações alemãs não foram concebidas em 1952 como indenização individual ou per capita para cada judeu assassinado. Se tomou como base, um valor estimado das propriedades roubadas dos judeus e os custos que a integração e manutenção dos sobreviventes teria para Estado de Israel. Nos acordos assinados em Luxemburgo, foi fixada uma quantia de 3.450 milhões de marcos da época, que a Alemanha pagou em prestações durante dez anos.

No preâmbulo dos acordos, considerou-se que "durante a ditadura nacional socialista foram cometidos crimes indescritíveis contra o povo judeu e o Governo da República Federal da Alemanha (...) declarou a sua vontade de compensar, tanto quanto possível, as consequências materiais disso e ressarcir o Estado de Israel por ter assumido a tarefa de assentar em Israel tantos refugiados judeus desenraizados e sem recursos materiais da Alemanha e dos territórios ocupados pela Alemanha naquela época".

De acordo com informações da revista alemã "Der Spiegel", Eitan exigiu em agosto, em uma carta à chanceler alemã, Angela Merkel, que a Alemanha, em troca do perdão da dívida, depositasse 500 milhões de euros em um fundo para ajudar sobreviventes em Israel.



Guerra do Sinai (Operação Kadesh)

Guerra do Sinai, De 29 de outubro a 5 de novembro de 1956, a Guerra do Sinai foi entre Israel (Grã-Bretanha e França) e Egito.

Plano de fundo:

Os acordos de armistício assinados entre o Estado de Israel e seus vizinhos árabes em 1949 não levaram a acordos de paz. Os Estados Árabes declararam um boicote econômico contra Israel, recusaram-se a reconhecê-lo oficialmente e, de tempos em tempos, declaravam seu desejo de aniquilá-lo fisicamente. A posição dominante no governo israelense era que, enquanto houvesse calma nas fronteiras e enquanto houvesse relações econômicas e diplomáticas com os países ocidentais, Israel poderia existir sem relações diplomáticas e comerciais com seus vizinhos.

Só que os países árabes não se resignaram à existência de Israel e encorajavam infiltrações para perpetrar sabotagens e ataques terroristas em seu território. Em Israel, a decisão de reagir à agressão contra a propriedade e contra as pessoas tomou forma ativamente, temendo que a deterioração da segurança causaria uma diminuição da moral interna e prejudicaria o desenvolvimento das cidades em todo o país. Além disso, Israel acreditava que sua existência em um ambiente hostil dependia de seu poder de dissuasão militar. No início da década de 1950, o governo israelense ordenou uma série de ações violentas no território dos países árabes que foram chamadas de "Ações de Represália".

Você sabia...?

Com a formação do Regimento de Paraquedistas em 1953 (que mais tarde se tornaria uma Brigada), essas ações foram bem-sucedidas e os paraquedistas se tornaram o novo modelo a ser admirado e imitado. Com a eclosão da guerra de 56 e mais tarde, o mito em torno dos paraquedistas foi engrandecido; eles se converteram em modelo para todos os soldados de combate e grandes setores da sociedade israelense.

Aparentemente, os sucessos militares israelenses geraram uma escalada e os ataques e infiltrações continuaram. Em 1955, o presidente do Egito, Gamal Abed El Nasser, formou os Fedayines, células de comando que foram ativadas pela inteligência egípcia por atos de assassinato e sabotagem em Israel. Os ataques dos Fedayines foram muito duros; eles também penetraram no centro de Israel. Seus ataques levaram a novas ações israelenses de represália.

Um grande acordo de armas entre a Tchecoslováquia e o Egito, os acordos de defesa mútua entre o Egito, a Síria e a Jordânia, estavam entre os fatores que causaram grande temor na liderança judaica em Israel.

Em julho de 1956, Nasser, presidente do Egito, nacionalizou o Canal de Suez. Foi a gota d'água. Na crise que eclodiu, a Inglaterra e a França começaram a planejar uma ação militar para conquistar a zona do Canal. Israel juntou-se secretamente às duas potências e, juntos, conceberam um plano de ação contra o Egito.

A OLP

A OLP, Organização para a Libertação da Palestina, é a organização guarda-chuva que reúne vários movimentos nacionais palestinos. O maior e mais central movimento da organização é o Al Fatah. A organização foi fundada em 1964 no Congresso da Liga Árabe, realizado no Monte das Oliveiras, em Jerusalém Oriental. A ideia era criar um corpo político que representasse os árabes palestinos como uma entidade nacional não territorial. Neste congresso, a organização adotou uma detalhada ata fundadora.

Em 1974, os países árabes reconheceram a organização como representante legal e exclusiva do povo palestino. Em 1993, o líder da OLP, Yasser Arafat, reconheceu o Estado de Israel em uma carta oficial ao então primeiro-ministro de Israel, Yitzhak Rabin. Em resposta, Israel reconheceu a OLP como a legítima representante do povo palestino.

Ao longo dos anos, a organização conseguiu construir uma ampla infra-estrutura de escritórios e repartições, empresas econômicas, instituições médicas, representações educacionais, diplomáticas e outras, com a ajuda econômica e os auspícios (apoio financeiro/material) dos países árabes.

Objetivos da OLP

- Lutar pela unidade nacional da Palestina.
- Envolvimento em todo arranjo político relativo aos palestinos.
- Manter a unidade palestina como uma lição da Nakba.
- Manter a independência de decisão palestina, sem que qualquer poder estrangeiro possa ditar sua vontade.
- Aproveitar as oportunidades políticas em favor do povo palestino.
- Cumprimento do direito ao retorno (este termo refere-se, segundo os vários portavozes, a duas medidas diferentes). O direito ao retorno é o suposto direito dos refugiados de 48 de retornar às suas casas dentro de Israel; o direito ao retorno nacional é o suposto direito dos refugiados palestinos na diáspora de retornar ao território do Estado palestino quando este for criado. Como são termos idênticos, cada analista ou ativista pode dar a esta seção o significado que parece apropriado.

No passado, a eliminação da legitimidade de Israel também era um objetivo da organização, mas foi eliminada com o reconhecimento de Israel em 1993.

Exemplos da Carta Fundadora da OLP, 1968

Seção 3:

O povo árabe palestino tem o direito legal a sua pátria e se autodeterminará quando finalize a libertação de sua pátria de acordo com sua vontade e somente por sua vontade e escolha.

Seção 9:

A luta armada é o único caminho para a libertação da Palestina e, portanto, é a estratégia e não a tática. O povo palestino reafirma sua determinação firme, total e vigente para continuar a luta armada e avançar para a revolução popular armada para a libertação de sua pátria, e retornar a ela, para preservar o direito de viver nela uma vida natural, e o cumprimento do direito à autodeterminação e soberania sobre ela.

Seção 15:

"A libertação da Palestina, do ponto de vista árabe, é uma obrigação nacional para repelir a invasão sionista e imperialista da grande pátria árabe e purificar a Palestina da existência sionista. A responsabilidade total disso cabe à nação árabe, tanto seus povos como seus governos, começando com o povo árabe palestino. Para isso, a nação árabe deve reunir toda a sua capacidade militar, humana, material e espiritual ... "

Seção 20:

A Declaração de Balfour e a formulação do Mandato Britânico, e o que se segue deles, perderam toda a validade. As afirmações referentes ao vínculo histórico ou espiritual dos judeus da Palestina não coincidem com as verdades históricas, ou com os componentes do Estado em seu real significado. O judaísmo, como uma religião celestial (isto é, de revelação) não é uma nacionalidade que possui realidades própria e, como tal, os judeus não são um povo com personalidade própria, mas cidadãos dos países em que se encontram.

Seção 22:

O sionismo é um movimento político relacionado organicamente ao imperialismo mundial e é hostil a todos os movimentos de libertação e progresso no mundo. É um movimento racista e fanático por essência; agressivo, expansionista, colonialista em seus objetivos; ele é nazifascista em seus métodos. Israel é o instrumento do movimento sionista e da base humana (sua força de trabalho) e geográfica do imperialismo mundial. Utiliza um ponto de base e salto para golpear as esperanças da nação árabe pela libertação, união e progresso.

Seção 23:

As demandas de segurança, paz e necessidades de verdade e justiça requerem que todos os países que desejam manter relações amistosas entre os povos e a lealdade dos cidadãos aos seus países de origem, vejam o sionismo como um movimento ilegal e que proíbam a sua existência e sua atividade.

Seção 24:

O povo árabe palestino acredita nos princípios de justiça, liberdade, soberania, autodeterminação, dignidade humana e é o direito dos povos desfrutar deles.

Mudanças na concepção da OLP

Com os anos desde a aprovação desta Carta Fundadora, a filosofia da OLP mudou em vários aspectos: embora se cristalizou a decisão de criar um estado árabe-palestino independente, parte dos militantes da OLP entendiam que tal estado só podia ser fundado ao lado do Estado de Israel e não em seu lugar.

Em abril de 1996, uma votação histórica foi tomada pelo Conselho Nacional Palestino para emendar a Carta Nacional da OLP, seguindo os Acordos de Oslo, que pediam aos palestinos que retirassem as seções que ameaçavam a aniquilação de Israel. Em resultado da votação, foi decidido alterar a Carta Nacional e anular as seções em questão.

Após a votação, Marwan Karnafi, porta-voz de Yasser Arafat, disse que não se trata de uma emenda, mas uma licença para começar desde o começo, para elaborar um novo acordo e uma nova Carta. O compromisso de emendar a Carta apareceu novamente no Acordo de Hebron em 1997.

Desde então, em suas publicações oficiais, a Autoridade Palestina assinala, junto com a versão original, que as seções que contradizem os Acordos de Oslo não são mais válidas. No entanto, ainda não existe uma versão alternativa da Carta Fundamental, nem está claro se o cancelamento das seções está em vigor de acordo com os estatutos da OLP.

Guerra dos Seis Dias, 1967

A Guerra dos Seis Dias ocorreu entre 5 e 10 de junho de 1967, entre Israel e todos os países que fazem fronteira com esse país: Egito, Jordânia, Síria e Líbano, que receberam apoio de outros países: Iraque, Arábia Saudita, Líbia, Sudão, Tunísia, Marrocos e Argélia.

Introdução

Nas relações entre Israel e os países árabes houve uma escalada gradual e, ao mesmo tempo, a OLP havia sido fundada.

Em 1965, as infiltrações terroristas em Israel recomeçaram após nove anos de interrupção. Duas organizações palestinas, Fatah, com o apoio da Síria, e a OLP, com apoio egípcio, foram responsáveis por cem ações- não necessariamente efetivas- em território israelense entre 1965 e 1967. As infiltrações foram perpetradas especialmente do território sírio e jordaniano (Egito pós Guerra do Sinai preferiu permanecer calmo em sua fronteira com Israel).

Em reação a essas infiltrações, ocorreram confrontos entre o exército israelense e os da Síria e da Jordânia. Israel realizou várias ações de represália no território da Jordânia e foi mais cautelosa em seu conflito com a Síria; mas confrontos armados entre os países já vinham ocorrendo desde os anos 50 por causa de disputas sobre os territórios desmilitarizados entre os países e os direitos sobre as fontes de água que fluem entre eles.

Em 7 de abril de 1967, a Força Aérea de Israel derrubou seis aeronaves da Síria em uma emboscada. Os sírios reagiram com um intenso bombardeio aos kibutzim do norte. Alguns meses antes, o Egito havia assinado um acordo de defesa mútua com a Síria. Agora, os sírios pressionavam os egípcios a agir para acabar com a agressão israelense. A tensão na região foi alimentada também pela União Soviética, principal aliado militar do Egito e da Síria.

Os representantes da Rússia deram ao presidente do Egito, Gamal Abed El Nasser, informações erradas sobre a concentração de forças israelenses perto da fronteira norte, a fim de invadir a Síria. Em resposta, em 14 de maio, Nasser ordenou que várias divisões do exército egípcio atravessassem o Canal de Suez e se estabelecessem no Sinai. Em 16 de maio, Nasser exigiu a evacuação das forças da ONU da fronteira israelo-egípcia, da Faixa de Gaza e de Sharm Al-Sheikh. No dia 22 de maio, quatro mil soldados da ONU, que haviam sido enviados como força de paz, deixaram o Sinai. Com a evacuação das forças da ONU da região, a espiral diplomática e militar que levou à guerra começou.

A reação da sociedade israelense aos incidentes foi de crescente ansiedade. As unidades de miluim (reservistas do exército) foram recrutadas e esse recrutamento gradualmente paralisou a economia israelense. As pessoas rapidamente começaram a armazenar suprimentos, cavando poços de defesa em suas casas e prédios, colando fitas e isoladores nas janelas das casas e preparando terrenos para receber milhares de mortos.

Em 1º de junho, o governo decidiu formar um governo de unidade nacional que incluía também o partido Cherut, liderado por Menachem Beguin.

Desenvolvimento da guerra:

A guerra começou na madrugada de 5 de junho. Todas as forças haviam sido recrutadas e tudo o que restava era dar a ordem. Os primeiros a agir foram os pilotos da Força Aérea. Em três horas toda a Força Aérea Egípcia foi destruída em terra e, até o final daquele mesmo dia, as da Síria e da Jordânia também. Este sucesso foi um golpe decisivo para os exércitos árabes. As unidades árabes ficaram permanentemente expostas ao bombardeio da Força Aérea de Israel, sem qualquer defesa.

Paralelamente ao ataque aéreo, as unidades terrestres israelenses avançaram em direção à Faixa de Gaza e à Península do Sinai. Depois de perfurar as linhas de defesa avançadas do Egito, o exército do país, que tinha sido a principal ameaça contra Israel, entrou em colapso e recuou rapidamente. Até 9 de junho, a conquista do Sinai foi concluída.

Com a eclosão da guerra, e apesar das repetidas advertências e pedidos de Jerusalém, a Jordânia decidiu se juntar às forças árabes. Seu exército começou um bombardeio ao longo da Linha Verde e acionou o que restava de sua Força Aérea e suas tropas conquistaram o Palácio do Comissário em Jerusalém (que estava sob o controle da ONU). Israel reagiu com uma contra ofensiva que rapidamente desconectou Jerusalém das forças jordanianas ao norte e ao sul. Na noite de 5 para 6 de junho, uma das batalhas mais difíceis da guerra aconteceu, a da Colina da Munição. Fora desta batalha cheia de caídos, as forças israelenses não enfrentaram séria resistência.

Em 7 de junho, depois de cercar Jerusalém, os combatentes da Brigada de Paraquedistas de Mota Gur invadiram a Cidade Velha através do Portão dos Leões. Em pouco tempo eles anunciaram a conquista do Monte do Templo e do Kotel. A conquista da Cidade Velha foi o pico emocional da guerra, apesar de ainda não ter terminado.

No setor norte, o então primeiro-ministro Levy Eshkol foi pressionado a empreender uma ofensiva, apesar da oposição de Moshe Dayan, então ministro da Defesa. Os habitantes dos assentamentos do norte, que sofreram durante anos com os bombardeios sírios, ameaçaram que, se a ameaça síria ao norte não fosse removida, eles abandonariam suas aldeias e deixariam o norte vazio de judeus. Dayan, que temia a princípio que a conquista das Colinas do Golan teria um custo muito alto em vidas humanas, se convenceu. Em 9 de junho, as forças do Exército de Israel atacaram o Golan. A conquista do planalto e do Monte Hermon culminou quando o armistício entrou em vigor com a mediação da ONU, que marcou o fim da guerra.

Resultados da guerra

A "Guerra dos Seis Dias" foi uma conquista militar sem precedentes. Nos combates, 679 israelenses perderam suas vidas. Ao contrário do que se temia, a retaguarda não sofreu quase nenhuma perda em vidas humanas ou danos materiais. Israel lutou em três frentes e não exigiu o apoio de nenhuma outra força.

Israel triplicou seu tamanho. Conquistou toda a Península do Sinai até o Canal de Suez das mãos do Egito, um território que serviria como amortecedor contra possíveis invasões futuras. Conquistou o Golan das mãos dos sírios, "os olhos do país", um território estratégico de vital importância.

Israel também conquistou Judeia e Samaria, incluindo Jerusalém Oriental, das mãos dos jordanianos, permitindo assim, pela primeira vez em milhares de anos, o acesso ao Kotel, ao Monte do Templo e a outros locais sagrados.

De repente, Israel tornou-se uma potência militar e econômica regional: a conquista de territórios tão extensos, com seus milhões de habitantes árabes, resultou em grande crescimento econômico: por um lado, trouxe mão-de-obra barata; por outro lado, exigiu construção e desenvolvimento maciços.

Os árabes sofreram 16.000 baixas, enormes danos materiais e perderam o controle de consideráveis territórios. A Guerra dos Seis Dias constituiu uma nova humilhação, especialmente dolorosa, para a liderança árabe em geral e para o Egito em particular.

A euforia:

Do ponto de vista nacional, a guerra removeu uma ameaça existencial e impulsionou o desenvolvimento econômico após alguns anos de recessão. A fundação de novas cidades, bases militares e aeroportos, o desenvolvimento do turismo e a exploração de poços de petróleo no Sinai aceleraram o crescimento da economia israelense e geraram prosperidade. A moralidade nacional estava em alta. Muitos acreditavam que tinha sido a última guerra e que não haveria um único líder árabe ou exército que ousasse empreender uma aventura militar contra Israel novamente. Canções vitoriosas, álbuns triunfais, marchas militares e um sentimento geral de que Israel já não tinha mais inimigos que poderiam ameaçar sua existência.



Essa euforia se refletiu perfeitamente em uma pequena amostra de citações da época:

"Estamos esperando o telefonema dos árabes" (Moshé Dayan)

"Nossa situação nunca foi melhor" (Dayán)

"Prefiro Sharm A-Sheij sem paz, que paz sem Sharm A-Sheij" (Dayan)

"As chances de guerra são baixas" (Inteligência Militar, outubro de 1973)

Algumas pessoas acreditam que essa foi uma das razões para a Guerra de Yom Kipur e suas terríveis conseqüências.

Israel depois da guerra de 67'



Israel antes da guerra de 67'



Guerra de Yom Kipur

Introdução:

Em 28 de setembro de 1970, o presidente do Egito, Gamal Abed El Nasser, morreu e foi substituído por seu vice-presidente, Anwar El Sadat. Em 1971, Sadat propôs a Israel assinar a paz após um acordo provisório que incluía a retirada israelense do Canal. Em Israel, eles reagiram à proposta com desconfiança e desprezo. Sadat ameaçou uma guerra naquele ano.

Israel era dominado pela chamada "Conceptzia", "Concepção", segundo a qual não se deve esperar uma guerra no futuro porque a liderança árabe não tem interesse em arriscar uma nova guerra com Israel e porque Exércitos árabes não têm a capacidade tecnológica para vencer tal guerra.

Você sabia...?

A "Conceptzia" é o apelido de uma teoria desenvolvida pela Inteligência Militar israelense no início dos anos 70 do século 20, segundo a qual o Egito não lançaria uma guerra contra Israel antes de obter o equipamento de armas necessário para alcançar um equilíbrio estratégico. Segundo a "Conceptzia", a Inteligência Militar estimou que o desdobramento militar do Egito com vistas à Guerra do Yom Kipur não visava o início de uma guerra, apesar dos inúmeros sinais de que esta estava prestes a explodir.

A "Conceptzia" caiu por terra com a eclosão da Guerra do Yom Kipur. Muitos em Israel atribuem pelo menos parte dos tremendos resultados para Israel na Guerra do Yom Kipur à falta de preparação suficiente para a guerra, precisamente por causa da "Conceptzia".

O nome "Conceptzia" foi dado a essa teoria pela Comissão Agranat, que investigou os eventos que levaram ao fracasso da inteligência israelense no início da guerra. Os responsáveis pela manutenção da "Conceptzia", segundo a Comissão, foram o chefe da Inteligência Militar, Eli Zaira, e o chefe da Seção Egípcia em Inteligência Militar, Yona Bandman.

Desenvolvimento da guerra:

Em 6 de outubro de 1973, às 14:00, no Dia do Perdão, se iniciaram de surpresa dois ataques de grande potência:

1. As forças egípcias atacaram na Península do Sinai.
2. Os sírios atacaram nas colinas do Golan.

Fase A da guerra: Contenção (6-10 de outubro)

Frente Sul

O número de soldados do Exército de Israel que mantinham a linha de postos militares era pequeno e não conseguiu deter os mil tanques egípcios e os 70.000 soldados que os atacaram. Até o final da primeira noite de combates, dois terços dos tanques da brigada regular que defendiam a linha foram danificados. As baixas israelenses foram pesadas. Na manhã de 7 de outubro, as fortificações que não haviam caído receberam ordem de retirada. Metade deles conseguiu completar a missão. O resto foi forçado a se render. Aeronaves da Força Aérea de Israel conseguiram deter o avanço egípcio ao preço de duras perdas. A aviação não alcançou a superioridade aérea e os aviões egípcios atacavam caravanas de veículos e veículos blindados.

Frente norte:

Os sírios conseguiram conquistar quase metade das colinas de Golan, incluindo o posto de fronteira militar do Hermon. As forças regulares conseguiram parar os sírios no setor norte. No final dos dois primeiros dias a contenção foi alcançada, à custa de um grande esforço, perdas difíceis e problemas de controle das forças. Para o público israelense vieram notícias fragmentadas e confusas sobre a situação. O chefe do Estado-Maior, David Elazar, anunciou na televisão que "nós vamos quebrar seus ossos", mas em paralelo, o então ministro da Defesa, Moshe Dayan, advertiu, embora não em público, que "o Terceiro Templo está em perigo".

Fase B da guerra: Avanço e Vitória (11-14 de outubro)

Nos dias 9 e 10 de outubro, durante dois dias de combates, as forças do Exército de Israel avançaram até uma distância de tiro de artilharia de Damasco e causaram enormes prejuízos às unidades de transporte do Iraque e da Jordânia que ajudavam a Síria, até que conseguiram estabilizar a frente. (Tzahal se deteve a 30 km de Damasco. Damasco é bombardeada pela artilharia israelense.) Também no frente sul, o Exército de Israel conseguiu recuperar a iniciativa. Até o final de 14 de outubro, os egípcios haviam perdido 250 tanques, em comparação com os 25 tanques que os israelenses perderam. Nesse mesmo dia, armas israelenses chegaram a Israel em um transporte aéreo dos Estados Unidos, um suprimento que encheu a séria falta de equipamentos, armas e munição de Israel. Nos dias seguintes, uma força de paraquedistas cruzou o Canal de Suez e até 19 de outubro, Israel conseguiu avançar uma força de centenas de tanques e 20 mil soldados de combate para a margem oeste do Canal de Suez, cerca de 30 km dentro do território egípcio.

O Exército de Israel se detém a 101 km do Cairo

Resultados da guerra

Baixas: Na Guerra de Yom Kipur e no pós-guerra (uma guerra de meio ano de atrito nas Colinas de Golan e uma mais curta no Canal de Suez), 2.800 soldados do Exército de Israel e cerca de 20.000 soldados de países árabes caíram.

Implicações no plano militar e político:

No plano militar, o Exército de Israel venceu a Guerra. Porém no plano político, Israel acabou derrotado, visto que Tzahal teve que retirar suas tropas de toda a frente síria, de todo o território que havia conquistado na Guerra de Yom Kipur, e também de Quneitra; e na frente egípcia, não só nos territórios conquistados no sul de Egito mas também no Canal de Suez e no Sinai ocidental.

O Egito ganhou muito com a guerra: seu esforço bélico garantiu as metas políticas que esperava obter Sadat, e recuperar a dignidade e a honra árabes que haviam sido pisoteados em 1967.

Porém, quem obteve maior sucesso nesta batalha foi a potência norte americana, que conseguiu introduzir o Egito e, em alguma medida, a Síria e o Iraque, no centro do Ocidente, e ser percebida como a principal superpotência da região.

Implicações no âmbito político:

A pressão pública e política convergiu na formação de uma Comissão Investigadora estatal encabeçada pelo juiz Shimón Agranat. A Comissão examinou o desenvolvimento da guerra e recomendou destituir o Chefe de Estado Mayor, o Chefe de Inteligencia Militar e o Chefe do Comando Sul.

A perda de confiança na liderança política levou, com a publicação das conclusões da Comissão Agranat, à renúncia da primeira-ministra Golda Meir e, finalmente, à queda do governo trabalhista em 1977.

Implicações econômicas:

A prosperidade que ocorreu entre as duas guerras foi interrompida, os gastos com defesa aumentaram e o país entrou em um longo período de congelamento econômico. A dependência de Israel dos EUA aumentou muito.

Você sabia...?

Em 1973, Ariel Sharon demitiu-se do Exército (não sendo eleito chefe do mesmo), mas retornou, momentaneamente, no final desse mesmo ano para sua antiga posição como General quando Egito atacou Israel, desencadeando a Guerra do Yom Kipur. Críticos e aliados concordam que nesse conflito pode ser visto o gênio militar de Sharon que cruzou o Canal de Suez desafiando ordens, comandando 200 tanques e 5 mil homens, para cercar o terceiro corpo do exército egípcio por trás e forçar as linhas inimigas a implorar para um cessar-fogo. Esta ação não foi diferente das anteriores e nem teve a aprovação de seus superiores, que não tiveram escolha senão permanecer em silêncio quando viram a eficácia da medida, somando-se às vozes jornalísticas de louvor do general israelense que foi chamado naquela época como "Ariel Sharon, rei de Israel".

A reviravolta: a direita assume o poder, 1977

A reviravolta política em Israel: após 29 anos de governo do Partido Trabalhista, a direita venceu as eleições de 17 de maio de 1977.

O líder eterno da oposição, Menachem Begin, derrotado até então em quase todas as eleições, se tornou primeiro-ministro.

Begin formou seu governo junto com Mafdal (Partido Religioso Nacional) e Agudat Israel (não-sionistas ultra-ortodoxos). Em todas as cidades em desenvolvimento, sem exceção, Begin obteve o maior número de votos. Segundo analistas, a queda do 'Maarach' foi devido a casos de corrupção que foram revelados no gabinete do governo, devido à conta em dólar de Leah Rabin, esposa do primeiro-ministro e uma reação tardia à Guerra do Yom Kipur.

Meio ano depois, o Presidente do Egito visitou Israel e uma nova era começou no Oriente Médio. A maioria dos governos que se formaram em Israel nos anos seguintes a "reviravolta" de maio de 1977 eram governos do Likud.

O Governo Begin (1977-1982)

Ao contrário dos governos trabalhistas, Begin apoiou a economia livre e a menor influência do estado nela. Seu governo anulou os incentivos aos kibutzim, iniciando uma grande crise dessa estrutura socialista até agora apoiada pelo governo.

Ao contrário do governo anterior, Begin também apoiou entusiasticamente assentamentos em territórios conquistados em 1967. Sob seu governo, a soberania israelense foi declarada em Jerusalém (com o apoio da Knesset) e os judeus etíopes foram aceitos como judeus pelo chefe da Knesset, rabino Ovadia Ben Yossef.

Begin também foi responsável pelo ataque ao reator nuclear de Osirak, no Iraque, em 1981.



O acordo de paz com Egito, 1979

Como primeiro-ministro, Menachem Begin tinha uma visão política que combinava dureza com análise racional. Apenas alguns dias depois de assumir o cargo, Begin viajou aos EUA para apresentar um plano de paz ao presidente Jimmy Carter.

Em 9 de novembro de 1977, o primeiro-ministro egípcio Anwar El Sadat anunciou em um extenso discurso aos membros do Conselho do Povo Egípcio sua disposição de comparecer à Knesset em Jerusalém para discutir a paz com Israel. A declaração do presidente egípcio causou um verdadeiro terremoto no mundo árabe, especialmente nos países que mais tarde foram definidos como "Frente de Rejeição"; Síria, Líbia, Iraque e Argélia. Sadat também enfrentou resistências a nível interno, ilustradas na renúncia de seu ministro das Relações Exteriores

Dois dias depois, o primeiro-ministro Menachem Begin convidou oficialmente o presidente Sadat para visitar Jerusalém.

Sadat chegou a Israel na noite de sábado, 19 de novembro de 1977, tornando-se o primeiro líder árabe na história a visitar Israel.

Ele foi recebido em uma cerimônia oficial pelo Primeiro Ministro Begin, o Presidente do Estado, Efraim Katzir, e por toda a liderança governamental e militar do Estado de Israel apesar de ambos os países estarem oficialmente em estado de guerra. No dia seguinte, Sadat fez um duro discurso na Knesset, no qual repetiu as exigências egípcias de retirada total das terras árabes e a criação de um Estado palestino. Suas visitas ao Yad Vashem e à Mesquita Al Aqsa deixaram uma marca profunda nas almas dos israelenses.

Em 26 de outubro de 1979, foi assinado o acordo de paz entre Israel e Egito. Nos jardins da Casa Branca, com a presença de cerca de 1.500 convidados, foi realizada a cerimônia de assinatura, sob os auspícios do Presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, do Presidente do Egito, Anwar El Sadat e do Primeiro Ministro de Israel, Menachem Begin. Com esse ato, os dois líderes, egípcio e israelense, concretizaram seu chamado conjunto: "Não mais guerras, não mais derramamento de sangue, não mais lágrimas". Graças aos seus esforços para promover a paz no Oriente Médio, e antes da cerimônia oficial de assinatura, ambos os líderes receberam o Prêmio Nobel da Paz.

Vale a pena destacar que durante os 30 anos que se passaram entre a declaração de fundação do Estado de Israel e a assinatura do acordo de paz com Egito, houve cinco guerras entre Israel e o Egito: Guerra da Independência, Guerra do Sinai, Guerra dos Seis Dias, Guerra do Desgaste e Guerra de Yom Kipur. A Península do Sinai foi o epicentro de quatro guerras, e esteve sob controle israelense por mais de 10 anos, desde 1967.

Conteúdo do acordo de paz

Israel renunciou a todo território egípcio sob seu controle, incluindo postos de alerta militar, campos de petróleo e aeroportos no Sinai. Ele prometeu evacuar os assentamentos israelenses no Sinai (Yamit e outros menores) e dar autonomia aos palestinos na Cisjordânia e em Gaza, alguns anos depois.

Em troca da retirada completa do Sinai por parte de Israel, Sadat comprometeu-se com a desmilitarização total da península e permitiu o envio de tropas da ONU para a mesma.

Ambos os países obtiveram, como resultado deste acordo de paz, uma significativa ajuda econômica e militar dos Estados Unidos.

Depois do acordo

A paz alcançada com Israel melhorou o status de Egito no Ocidente, especialmente com os EUA, mas não teve grande popularidade no mundo árabe. A maioria dos países árabes rompeu relações com Egito e a hostilidade contra Israel permaneceu firme. Em outubro de 1981, durante um desfile celebrando a vitória na 'Guerra de Outubro' (nome da Guerra do Yom Kipur no mundo árabe), Sadat foi morto em vista de todo o público presente por um grupo de extremistas islâmicos. dentro de seu exército.

Israel, por outro lado, obteve a paz em sua fronteira sul e um acordo de paz de enorme importância estratégica. Egito sempre foi seu inimigo mais cruel e cruel, mas, de repente, em 1979, os outros países árabes perderam o apoio no conflito armado com Israel. Prova disso é que, desde 1979, Israel não estava mais envolvido em nenhuma outra guerra total.

A Primeira Guerra do Líbano (1982)

A operação militar no Líbano (Operação Litani -1978) não conseguiu eliminar as bases da OLP que estavam no sul do país. A organização continuou se aproveitando da anarquia gerada pela guerra civil. A influência de terroristas no país havia aumentado desde 1975.

Durante os anos de 1978 a 1981, os ataques e infiltrações militares vindos do sul do Líbano contra Israel aumentaram. Os mais destacados foram o ataque à estrada costeira (11.3.1978), o assassinato em Naharia (12.4.1979), e o ataque ao berçário de um jardim de infância em Misgav Am (7.4.1980). A OLP também realizou ataques no resto do mundo. Em 20 de outubro, um carro-bomba explodiu na sinagoga de Antuérpia (Bélgica) e em abril de 1981, um diplomata israelense foi assassinado em Paris.

Israel estava em uma encruzilhada delicada. Por um lado, havia um problema interno no Líbano entre os maronitas e os muçulmanos. Essa situação estava sendo explorada pela Síria para expandir seu controle total sobre um país que eles viam como uma parte indivisível da grande Síria. Os sírios haviam instalado bases de mísseis no centro do Líbano, de onde apoiavam os muçulmanos. A OLP, que por muito tempo permaneceu oposta à Síria, havia encontrado agora um inimigo em comum contra Israel e apoiou publicamente os maronitas e seu líder Bashir Gemayel. A relação de aliança entre Israel e os Maronitas consolidou-se nos anos 70, especialmente em 1975, quando Israel permitiu a passagem de trabalhadores maronitas para o território israelense através de uma passagem de fronteira chamada "A Boa Fronteira".

Begin sentiu que tinha o consenso da população para realizar um ataque militar limitado contra as bases da OLP no sul do Líbano. Na sede do Estado Maior do Exército havia dois programas chamados "Oranim" para lidar com o problema no sul do Líbano. O programa mais curto desenvolveu uma operação de não mais do que duas semanas em que o Exército de Israel iria entrar no sul do Líbano (incluindo as cidades de Sidon e Tzur) para eliminar as bases da OLP em um raio de aproximadamente 40 km, distância que os mísseis russos "Katiushas" não podiam atacar os assentamentos israelenses no norte do país. O programa mais longo falava sobre a necessidade de entrar no centro do país e conquistar as áreas da rota Beirute-Damasco.

Quando Ariel Sharon assumiu o cargo de Ministro da Defesa, ordenou que o Exército se preparasse para uma operação flexível que começaria com o pequeno plano de Oranim, mas isso poderia mudar. A visão política que apoiou uma entrada mais "profunda" no Líbano disse que de uma só vez não só a OLP no Líbano mas também a Síria seriam eliminadas. Como esperado, para isso era necessário ficar mais tempo no Líbano e arriscar uma guerra contra a Síria.

O ministro da Defesa, Ariel Sharon, achava que Israel poderia ajudar os maronitas a tomar posse do Líbano. O plano era que as forças maronitas de Gemayel colaborassem com o Exército Israelense e, ao fim da batalha, Gemayel seria nomeado presidente do Líbano e assinaria um acordo de paz com Israel. Alguns políticos pensavam que os palestinos escapariam do Líbano para viver na Jordânia (70% da população é de origem palestina), onde derrubariam o governo beduíno do rei Hussein para formar um Estado palestino. sem dúvidas, um programa ambicioso.

Em 4 de junho, o governo ordenou atacar com aviões as bases da OLP em Beirute. Começava, então, a Operação Paz para a Galiléia ou a Guerra do Líbano. Dez dias após o início da Guerra do Líbano, 214 soldados israelenses foram mortos, 23 estavam desaparecidos e 1114 ficaram feridos.

O consenso de partir para uma operação militar estava evaporando lentamente. Em frente à casa do primeiro-ministro em Jerusalém, manifestantes da esquerda israelense se reuniam para pedir a saída dos soldados do Líbano. Vozes contra a guerra começaram a ser ouvidas no exército. Pouco a pouco, a operação se transformou em uma guerra de guerrilha onde o exército teve que entrar nas cidades libanesas para limpar os centros da OLP "casa por casa". Este tipo de operação gerou um aumento no número de vítimas israelenses. A imprensa internacional atacou Israel, já que as imagens transmitidas pela mídia eram de soldados e aviões atacando centros civis no Líbano.

Do ponto de vista militar, os maronitas mostraram pouco interesse em ajudar o Exército Israelense nos enfrentamentos com as forças sírias. Em 12 de agosto de 1982, um acordo foi alcançado com a OLP, através da mediação americana, para que Arafat e seus seguidores deixassem o Líbano. A base da OLP de 1982 passou para a Tunísia. O papel de instigar Israel do sul do Líbano aconteceu nas mãos de um grupo fundamentalista islâmico apoiado e treinado pelo Irã, o grupo Hezbollah ("Partido de Deus").

Israel conseguiu impor Bashir Gemayel como presidente do Líbano. No entanto, seu governo durou apenas dois dias, já que a inteligência síria (o agente sírio Chartouni era responsável pelo presidente maronita) conseguiu assassiná-lo com um explosivo colocado na base das forças armadas em Beirute (14 de setembro de 1982). Seu lugar foi ocupado por seu irmão, Amin Gemayel, que lentamente se foi aproximando da Síria.

Enquanto isso, forças maronitas queriam vingança pelo o assassinato de Bashir Gemayel e entraram nos campos de refugiados palestinos de Sabra e Shatila, no oeste de Beirute. Em 16 de setembro, as forças maronitas assassinaram 700 ou 800 refugiados palestinos de acordo com fontes israelenses e, de acordo com fontes palestinas, 2000 pessoas foram assassinadas.

O massacre em Sabra e Shatila causou grande convulsão na imprensa internacional e em Israel. A oposição, no início, solicitou que fosse criada uma Comissão de Investigação do Estado para estudar o papel do exército israelense na ação. De acordo com os críticos, não se pode admitir que em uma área sob controle do Exército de Israel, os maronitas tenham sido autorizados a matar refugiados palestinos.

Em Israel, a Comissão Kahan foi formada para investigar a responsabilidade israelense no massacre de Sabra e Shatila. A comissão estabeleceu que Israel tinha uma responsabilidade indireta pelo massacre. O ministro das Relações Exteriores Yitzhak Shamir, o chefe de Amã (Inteligência do Exército), o chefe das forças israelenses no sul do Líbano e a seção norte do exército foram criticados por dar pouca atenção ao perigo de um massacre e por permitir a

entrada de falangistas maronitas nos campos palestinos. A comissão recomendou que o chefe do Estado Maior do Exército, Rafael Eitan, não ampliase sua cadência.

As críticas mais duras foram feitas ao ministro da Defesa, Ariel Sharon. A comissão aconselhou que Sharon deixasse o cargo. Menachem Begin estava em uma encruzilhada. Se ele demitisse Sharon, havia o perigo de que seu governo caísse quando precisasse do voto de cada deputado, mesmo que fosse um ministro-adjunto. Por outro lado, membros do governo ameaçaram renunciar se Sharon continuasse em seu posto. Begin nomeou o embaixador israelense dos Estados Unidos, Moshe Arens, como Ministro de Defesa, em vez de Sharon, recebeu a posição de Ministro sem carteira. Dessa forma, Begin conseguiu manter seu governo vivo.

Depois de alguns meses, um acordo foi assinado com o Líbano, estabelecendo que o Exército Israelense se retiraria do Líbano a 45 quilômetros ao norte da fronteira com Israel. Uma força internacional viria ao país para dividir as tropas israelenses e os terroristas. O governo central de Amin Gemayel aproximava-se cada vez mais da Síria. Tudo isso, somado ao fato de que no sul do Líbano o Hezbollah xiita se estabeleceu, fez com que o acordo "não valesse o papel em que estava escrito", segundo as palavras de Begin. Na fronteira norte de Israel, o silêncio esperado não foi alcançado quando o Hezbollah começou com novos ataques contra Israel.

Do ponto de vista da política interna, houve manifestações em frente à casa de Begin com cartazes mostrando o aumento do número de vítimas israelenses que, na época, eram mais de 400 soldados. A manifestação mais importante foi convocada pela organização Shalom Achshav (Paz Agora) e pelo Maarach em 25 de setembro. Segundo os manifestantes, havia cerca de 400.000 pessoas reunidas. Algumas dessas manifestações eram repudiadas pela direita israelense com atos de agressão verbal e às vezes física.

Em 10 de fevereiro de 1983, durante uma manifestação do Shalom Achshav que exigia a retirada do exército do Líbano, uma granada foi lançada contra o grupo de manifestantes, ferindo mortalmente o jovem Amil Grintzvoid. O assassino, Iona Abrushami, declarou mais tarde que a propaganda da direita o impulsionou a realizar tal ataque.

O chefe do governo, Menachem Begin, sofreu uma crise depressiva prolongada. Em novembro de 1982, sua esposa Aliza morreu. Isto, mais as manifestações que o culpavam pessoalmente pelos que morreram na Guerra do Líbano, foi o que, provavelmente, o levou a anunciar em agosto de 1983 que ele não poderia continuar como primeiro-ministro e que ele renunciava "por motivos pessoais". Caiu, então, o décimo nono governo do Estado de Israel.

A Primeira Intifada, 1987-1992

Intifada (em árabe: sacuda algo, acorde, revolta) é o nome que os palestinos deram à sua luta armada contra Israel desde o final de 1987. A Intifada também é chamada de "Guerra das Pedras", porque no começo os palestinos usavam pedras e outras armas improvisadas.

Em 8 de dezembro de 1987, houve um acidente de trânsito na travessia de Nisanit, onde quatro palestinos da Faixa de Gaza perderam suas vidas. Esse acidente levou a uma escalada que se espalhou rapidamente por Gaza e, pouco tempo depois, também por Judeia e Samari. Esta espiral de violência assumiu, muito rapidamente, uma forma de luta ativa e passiva com um duplo objetivo: enfraquecer o governo de Israel e estabelecer as bases para o autogoverno independente da Palestina.

A Intifada estourou num período de longos processos sociais e políticos dentro da população palestina; processos que foram acompanhados e alimentados por sentimentos de frustração e raiva acumulados ao longo dos anos.

O objetivo da Intifada era a criação de uma entidade palestina independente e, em seguida, um estado palestino independente. Para alcançar estes objetivos, 4 vias de ação foram traçadas:

- a. Ruptura de toda a conexão administrativa e econômica com o governo israelense.
- b. Desobediência às ordens do governo e ações contra aqueles que descumpram as ordens e instruções dos líderes da Intifada.
- c. Construção de uma infra-estrutura institucional palestina que substituiria as instituições da administração civil israelense.
- d. Ações de protesto.

A força adquirida pela Intifada tinha três fontes: milhares de jovens que saíram às ruas; meios simples de comunicação (panfletos e transmissões da Rádio 'Al Quds'); e imposição de ordens por meio de ameaças e terror.

Vítimas: Na Primeira Intifada, desde seu início até 1991, 84 israelenses perderam a vida. Destes, 56 civis e 28 soldados. Do lado palestino, 1.593 pessoas perderam suas vidas e mil palestinos foram mortos por outros palestinos, como resultado de confrontos internos ou acusações de colaboração com Israel.

A segunda Reviravolta (Maapach) -1992

Quinze anos após a primeira mudança de governo em 1977, quando o partido Avodá, pela primeira vez, perdeu as eleições, o partido retornou e voltou a estar em primeiro lugar. O bloco da esquerda, com Avodá e o recém criado Meretz como principais partido obtiveram a vitória.

No Likud, a derrota provocou comoção e um novo líder foi eleito: Binyamin Netanyahu.

O novo governo liderado por Yitzhak Rabin se dedicou com força para resolver os problemas de grande tensão interna – externa.

Israel começou relações com os países árabes e muçulmanos (como Marrocos e Turquia) e alcançou a paz com a Jordânia em 1994. Logo, começou a investir em infraestrutura, principalmente no desenvolvimento de rede de rotas que haviam sido abandonadas durante anos. Grandes recursos foram invertidos na economia, principalmente por meio de privatizações (mais de 150 empresas foram privatizadas). Os resultados foram expressivos: o Produto Interno Bruto cresceu de US\$ 3.400 para US\$ 15.000; o desemprego caiu de 11% para 7%; O PIB cresceu de 15 para 85 bilhões em três anos; e o crescimento atingiu 5,5% ao ano.

Os Acordos de Oslo (1993-1995)

Os acordos de Oslo foram uma série de acordos negociados entre o governo de Israel e o povo palestino, representados pela Organização de Libertação da Palestina (OLP). Os acordos foram assinados em 1993 como parte do processo de paz entre os palestinos e israelenses, oficialmente chamado de Declaração de Princípios.

Em essência, a declaração significava a retirada das forças israelenses da Faixa de Gaza e da Cisjordânia, bem como o direito dos palestinos ao auto governo nessas áreas por meio da Autoridade Palestina. O governo palestino duraria cinco anos de forma interina, durante os quais o status seria renegociado (em 28 de maio de 1996).

Questões sobre Jerusalém, refugiados, assentamentos israelenses, segurança e fronteiras exatas foram excluídas. O auto governo provisório seria desenvolvido em fases.

Até um acordo final, a Cisjordânia e Gaza foram divididas em:

- Área A - sob total controle da Autoridade Palestiniana.
- Área B - sob controle civil da Autoridade Palestina e controle militar do Exército de Israel.
- Área C - sob total controle israelense.

Artigos

Os acordos incluíam 17 artigos, 4 anexos e várias minutas. A seguir, um resumo:

Artigo 1º: Objetivo das negociações

O objetivo das negociações israelo-palestinas no processo de paz no Oriente Médio é estabelecer um governo interino palestino e um conselho que elegerá o povo da Cisjordânia e da Faixa de Gaza durante o período de transição não superior a cinco anos, para cumprimento das leis da resolução 29242 do Conselho das Nações Unidas.

Artigo 2º: Eleições Palestinas

Enquanto os palestinos deveriam se governar de acordo com os princípios democráticos, eleições livres, diretas e universais para o conselho seriam realizadas sob supervisão internacional. A polícia palestina manteria a ordem nesse meio tempo.

Artigo 3º: Jurisdição do Conselho Palestino

A jurisdição do conselho palestino abrangeria a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, exceto naqueles assuntos que seriam negociados e definidos em status permanente. Ambas as partes consideraram a Cisjordânia e Gaza como uma unidade territorial.

Artigo 4º: Transição e status permanente

O período de transição de 5 anos começaria com a retirada da Faixa de Gaza e da região de Jericó. Negociações entre Israel e os representantes palestinos começariam assim que possível. Entende-se, então, que essas negociações devem esclarecer os pontos ambíguos: Jerusalém, refugiados, questões de segurança, fronteiras, cooperação e etc.

Artigo 5º: Transferência de poderes

Com a entrada em vigor da Declaração de Princípios e a retirada da Faixa de Gaza e Jericó, as forças armadas de Israel cedem sua autoridade à administração civil palestina: educação, cultura, saúde, seguridade social, impostos, alfândega e turismo.

Artigo 6º: Acordo provisório

As delegações israelenses e palestinas irão negociar o acordo durante o período do governo interino que especificará a estrutura do conselho, as atribuições de poder e responsabilidades do Exército Israelense, e coisas como a Autoridade Palestina de Eletricidade, sua autoridade sobre o porto de Gaza, banco de desenvolvimento, promoção de exportações, empresas de água, etc.

Após a criação do conselho, a administração civil palestina e o governo militar israelense cessarão.



O assassinato de Rabin (1995)

Ao longo de 1995, as atividades dos partidos de direita contra o governo Rabin e os tratados assinados com os palestinos aumentaram. A extrema direita dificultou o acesso às estradas, estabeleceu assentamentos ilegais e entrou em conflito com o exército e a polícia. Contra Rabin, Peres e o governo em geral, foram publicados cartazes de difamação e a tensão crescia semanas após semanas.

O governo e a polícia quase não agiram contra os provocadores da direita, convencidos de que a vida dos líderes do estado não estava em perigo.

Em 4 de novembro de 1995, um jovem judeu atirou no primeiro-ministro Yitzhak Rabin, matando-o. Um país inteiro ficou de luto e em choque. Shimon Peres formou o novo governo, ocupando as duas posições, como havia feito o falecido primeiro-ministro. Em 1996, as eleições foram convocadas e o Likud de Binyamin Netanyahu venceu.

Durante os cinco anos que se seguiram à assinatura dos Acordos de Oslo, escaladas de terror por grupos palestinos (especialmente o Hamas) mataram 282 israelenses. Os atritos entre Israel e a Autoridade Nacional Palestina cresceram junto com as acusações de ambos os lados não fazerem esforços suficientes para controlar os ataques.



Camp David II e Taba (2000 y 2001)

O primeiro governo de Netanyahu não durou muito tempo. Em 1999, Avodá voltou ao poder com Ehud Barak. Uma de suas primeiras iniciativas foi anunciar a devolução unilateral do território ocupado por Israel no sul do Líbano desde 1982. Barak também iniciou as negociações finais com os palestinos, como previsto nos Acordos de Oslo.

Ehud Barak e o líder da Autoridade Palestina, Yasser Arafat, se reuniram em julho de 2000 em Camp David, junto com o presidente dos EUA, Bill Clinton. O objetivo era avançar com o processo de paz, determinando um status definitivo. As negociações fracassaram e as partes acusaram umas as outras pelo fracasso.

A oferta israelense incluía 95% da Cisjordânia, 100% de Gaza, semi-autonomia em Jerusalém Oriental, remoção de assentamentos judaicos em algumas áreas e bilhões de dólares para ajudar no restabelecimento dos refugiados palestinos. Os representantes da ANP (Autoridade Nacional Palestina) não responderam oficialmente à oferta, mas reclamaram da falta de autonomia, da incapacidade de ter um exército, e sobre a falta de soluções satisfatórias para os problemas dos refugiados e de Jerusalém. Em 2001, após o início da Intifada, Barak e Arafat tentaram uma última solução em Taba, Egito, mas sem sucesso. Após o fracasso, Barak convocou eleições e Ariel Sharon ganhou.



Anos 2000

Como resultado do fracasso de Camp David, Ehud Barak, que apostou todo o seu prestígio em possíveis acordos com os palestinos, foi derrotado por Ariel Sharon nas eleições para o primeiro-ministro em 2001 com quase 25% de diferença.

Ariel Sharon foi o primeiro-ministro de Israel até dezembro de 2005, quando sofreu um derrame que o deixou em coma até a sua morte, em janeiro de 2014.

Durante o período do governo de Sharon, vários métodos foram lançados na tentativa de colocar um fim ao terrorismo palestino:

- Operações militares como Chomat Maguen
- Construção de uma cerca que separa a maioria da população palestina da população israelense
- Retirada ou desconexão de Israel da Faixa de Gaza

A Operação Escudo Defensivo, também chamada de Muro de Proteção (Chomat maguen) foi uma ação israelense realizada durante os meses de março e abril de 2002, a fim de conter o fluxo constante de foguetes Qassam e ataques suicidas de palestinos durante a segunda Intifada. O ataque que desencadeou a operação foi o massacre de Pessach, quando um terrorista palestino se explodiu em um hotel em Netanya, matando 30 pessoas.

A operação envolveu intervenção israelense terrestre e aérea contra as áreas civis da Cisjordânia, sendo as cidades de Nablus (schem) e de Yenín as mais afetadas (foi possível eliminar grande parte das milícias palestinas nesse território). Especificamente, durante o ataque a Yenín e ao seu campo de refugiados em abril, pelo menos 52 palestinos foram mortos entre combatentes e civis. 23 soldados israelenses também morreram durante a mesma operação. A Faixa de Gaza não foi afetada.

Consequências: 220 mortos (200 palestinos e 20 israelenses) e 5000 prisões, principalmente de menores palestinos, líderes de Brigadas Fatah Al-Aqsa e, em menor extensão, do movimento Hamas e de seu braço armado, as Brigadas Ezzedine -Qassam.

Plano de desconexão – 2005

Em dezembro de 2003, o primeiro-ministro Ariel Sharon, defensor dos assentamentos durante muito tempo, anunciou planos de retirada unilateral da Faixa de Gaza e de quatro assentamentos no norte da Cisjordânia. Em um discurso sobre suas políticas, dirigido à Conferência Anual em Herzliya, Sharon argumentou que, na ausência de uma contraparte palestina séria, e no meio do constante terrorismo palestino, Israel deve tomar medidas unilaterais para garantir a sua própria segurança e melhorar suas condições. Ele também afirmou: é um passo que Israel tomará na ausência de outra opção e para melhorar sua segurança. O objetivo do plano de desconexão é reduzir o terrorismo tanto quanto possível e oferecer aos cidadãos Israelenses o mais alto grau de segurança. O processo de retirada levará a uma melhoria na qualidade de vida e fortalecerá a economia israelense.

O plano foi aprovado pelo gabinete israelense em junho de 2004 e pelo parlamento do país em outubro do mesmo ano; todos os mecanismos para implementar o processo foram estabelecidos, incluindo uma autoridade de desconexão.

O Plano de Desconexão exigiu a evacuação e realocação de 25 assentamentos Israelenses na Faixa de Gaza e no norte da Cisjordânia. Muitos desses colonos já viviam na zona por décadas, o que significava que suas vidas, famílias e negócios sempre estiveram ali localizados. Pesquisas de opinião pública mostraram que a maioria dos israelenses apoiava a retirada. Defensores do plano argumentavam que essa medida dolorosa era necessária para proteger Israel a longo prazo; afirmando que o custo de proteger cerca de 8.000 israelenses vivendo em meio a mais de um milhão de palestinos afetava o país inteiro social e economicamente. A retirada também permitiria que os mecanismos de segurança israelenses protegessem melhor os assentamentos da Cisjordânia que, com uma população muito maior, eram de grande importância estratégica e histórica para o Estado e provavelmente seriam anexados a Israel em um futuro acordo com os palestinos. Finalmente, eles argumentaram que a presença de Israel na Faixa de Gaza sempre teve a intenção de ser temporária e que era tacitamente entendido que Israel cederia o controle de Gaza e evacuariá os assentamentos como parte da negociação de um acordo definitivo com os palestinos.

Os oponentes do plano argumentavam que Israel estava se retirando de Gaza sob fogo; a decisão de retirar-se constituía uma capitulação contra o terrorismo palestino e não fazia parte de concessões acordadas por mútuo acordo. Eles argumentaram que o plano seria visto pelos palestinos e pelo mundo árabe como um sinal de fraqueza e, ao invés de reforçar a segurança israelense, levaria a um aumento de futuras ameaças e ataques. Alguns oponentes rejeitaram o plano porque ele cedia uma área de imensa importância na história judaica. Outros se opuseram, em princípio, à idéia de arrancar os judeus de suas casas. É por isso que grandes manifestações (geralmente pacíficas) foram organizadas contra a evacuação antes e durante a retirada, além do deslocamento de grandes grupos para os assentamentos em Gaza.

Embora o plano inicial previsse a evacuação de todos os assentamentos até 15 de Setembro, a operação militar foi muito mais rápida. E mais; apesar das previsões de guerra civil generalizada, protestos e atos de desobediência cívica por alguns colonos e outros opositores, as evacuações foram realizadas com surpreendente tranquilidade e cuidado. A retirada começou oficialmente em 17 de agosto e em 22 de agosto, todos os habitantes da Faixa de Gaza foram evacuados.

A evacuação de todos os residentes na Cisjordânia foi concluída em 23 de agosto. As Forças de Defesa de Israel deixaram oficialmente Gaza em 12 de setembro. À sua vez, esperava-se que a Autoridade Palestina assegurasse uma transição suave da área para o controle palestino e que muitas estruturas de assentamentos, incluindo imensas estufas (seriam usadas para o benefício da indústria e da moradia palestina). Na verdade, James Wolfensohn - enviado especial dos Estados Unidos para o Oriente Médio e ex-presidente do Banco Mundial - arrecadou 14 milhões de dólares em doações privadas para comprar as estufas de proprietários israelenses para que os palestinos pudessem continuar com a empresa produtora.

No entanto, após a retirada israelense, os palestinos entraram nos assentamentos, incendiaram os edifícios, incluindo as sinagogas, e saquearam materiais de edifícios e estufas. Hoje, as estufas estão operando sob a administração palestina e alguns edifícios nos assentamentos são usados para indústria, educação ou como residências particulares. Os colonos evacuados foram compensados pela perda de suas casas e empresas. No entanto, muitos deles ainda não conseguiram moradia ou emprego permanente, além da insatisfação com a assistência do governo e com o manejo da situação. Embora o exército israelense tenha se retirado completamente da Faixa de Gaza, os problemas de segurança se mantiveram principalmente desde que o Hamas assumiu Gaza em junho de 2007. Mais grave ainda foi o lançamento de mísseis Kassam e morteiros de Gaza ao sul de Israel.

Desde agosto de 2005, o Hamas e outros grupos lançaram milhares de mísseis contra cidades vulneráveis no sul de Israel, como Sderot, Ashkelon, Netivot e seus arredores, atingindo casas, escolas, creches e centros de recreação. O Hamas construiu centenas de túneis de contrabando sob a fronteira com o Egito e acumulou uma enorme quantidade de armas e outros suprimentos. Gaza também serviu de base para outros ataques palestinos contra Israel, como o ataque do Hamas a uma instalação militar em Israel em junho de 2006, na qual dois soldados israelenses foram mortos e o soldado Gilad Shalit foi seqüestrado.

Em 27 de dezembro de 2008, após os seis meses do período de calma acordado entre Israel e Hamas, Israel iniciou uma operação militar em Gaza chamada Operação Chumbo Fundido (Oferet letzuká); uma operação de três semanas que tentou parar ataques de mísseis no sul de Israel e acabar com o contrabando de armas e outros suprimentos pelo Hamas.

Material publicado pela Liga Anti Difamação

A Segunda Guerra do Líbano

O começo da guerra

Na manhã de 12 de julho de 2006, a organização terrorista Hezbollah lançou um ataque em território israelense na fronteira norte, visando uma patrulha de dois jipes blindados do Exército de Israel perto da cerca da fronteira entre as cidades de Shtoula e Zar'it. Os terroristas entraram, mataram 3 soldados israelenses e sequestraram dois outros reservistas militares que foram feridos durante o ataque e levados para território libanês. Os soldados capturados foram Eldad Regev (26) de Kiryat Motzkin e Ehud Goldwasser (31) de Nahariya. Cinco soldados do Exército de Israel morreram no mesmo dia em uma tentativa falha de resgate dos soldados sequestrados. O ataque do Hezbollah à fronteira da Linha Azul foi condenado pelo Secretário Geral da ONU. Simultaneamente (e antes de Israel responder), o Hezbollah disparou fortemente contra a população e contra as posições do exército israelense ao longo da fronteira com morteiros e foguetes Katyusha, matando seis civis na região da Galiléia.

A Guerra

Na tarde do mesmo dia, o Exército de Israel recebeu permissão do governo para começar a operação militar no Líbano, inicialmente chamada de "Operação Salário Justo" (hebraico: מבצע שכר הולם, "Mivtsa Skhar Holem"). Os objetivos eram parar os foguetes Katyusha lançados nas cidades do norte de Israel e libertar os dois soldados que haviam sido. O exército israelense lançou um ataque aéreo contra as posições do Hezbollah no Líbano antes que as forças de infantaria penetrassem no território libanês. Durante a guerra, o nome da operação foi alterado para "Mudança de Direção" (hebraico: מבצע שינוי כיוון, 'Mivtsa Shinui Kivun'). Os vários ramos do exército participaram do conflito. As forças terrestres se mobilizaram, a força aérea multiplicou os ataques e tentou evacuar soldados feridos e marinha atacou o Hezbollah a partir da costa libanesa. O combate continuou sem diminuir, tanto no norte como no sul. Após 11 dias de combates, Israel começou a mobilizar soldados da reserva. A maioria recebeu uma ordem de convocação de emergência na sexta-feira de manhã, naquela mesma noite eles já estavam de uniforme. O objetivo da mobilização reservista era aumentar o escopo das operações contra o Hezbollah e sua infraestrutura. Após três semanas de hostilidades, o exército lançou uma ousada operação, durante a qual os soldados das Forças Especiais da Marinha ("Shayetet 13") assumiu o controle da cidade de Tiro para destruir os lançadores de foguetes que tinham alcançado a cidade de Hadera. Durante a operação, um oficial e um soldado ficaram gravemente feridos, conseguindo se recuperar após o evento.

Um mês após o início dos combates, o Conselho de Ministros de Israel ordenou que a operação militar se estendesse ao Líbano. Centenas de soldados israelenses estacionados na parte sul do país começaram a se mover em direção ao rio Litani com um duplo objetivo: destruir o maior número de lançadores de foguetes do Hezbollah, capazes de alcançar a região norte de Israel

(onde moram quase um milhão de pessoas), e afetar a organização terrorista Hezbollah que operava em território libanês. A partir do momento em que foi decidido estender a operação militar, 80 postos de comando do Hezbollah foram atingidos, dezenas de lançadores de foguetes foram destruídos e 50 terroristas foram neutralizados.

Fim da guerra

Em 14 de agosto de 2006, exército israelense suspendeu sua ofensiva no Líbano sob as ordens do governo. Essa decisão seguiu a votação da resolução 1701 do Conselho de Segurança da ONU. Algumas tropas permaneceram no sul do Líbano até que o Exército Libanês recuperasse o controle da área e as forças da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (FINUL) e da fossem implantadas. Durante a Segunda Guerra do Líbano, 119 soldados e 44 civis israelenses caíram, enquanto cerca de 400 soldados e 2.000 civis palestinos e libaneses ficaram feridos. A Força Aérea atacou 7.000 alvos no Líbano, enquanto a Marinha realizou 2.500 atentados à costa libanesa.

Troca de prisioneiros

Durante a guerra, o Hezbollah se recusou a fornecer informações sobre os dois soldados seqüestrados no início do conflito. Mais tarde, durante a troca de prisioneiros em 16 de julho, de 2008 entre o Hezbollah e Israel, foi revelado que os soldados não resistiram aos ferimentos. Em troca dos corpos de Eldad Regev e Ehud Goldwasser, Israel entregou os corpos de 200 militantes libaneses e palestinos, e liberou quatro militantes do Hezbollah. Entre estes, estava Samir Kuntar, um militante libanês da FLP, que foi condenado em 1980 por assassinar Danny Haran, sua filha de 4 anos, Einat, e dois policiais israelenses. Quando Samir Kuntar foi solto, uma festa foi organizada pelo Hezbollah e exibida no canal de televisão árabe Al Jazeera. Durante o retorno dos corpos dos dois soldados israelenses, o rabino militar Israel Weiss disse: "O processo de identificação foi muito longo... Se achamos que o inimigo era cruel, fomos surpreendidos ao abrir os caixões e descobrir o verdadeiro nível da sua crueldade".

Material publicado pela Liga Anti Difamação

Operação Chumbo Fundido (2008-2009) – Oferet Ietzuka

Desde 2000, o Hamas lançou milhares de mísseis contra as cidades do sul de Israel, dentro das fronteiras do Estado de Israel (aceitas internacionalmente). Os ataques agravaram-se após a retirada de Israel da Faixa de Gaza em 2005 e a tomada do poder pelo Hamas em junho de 2007. Durante um certo período o Hamas diminuiu seus ataques com mísseis, após seis meses de calma apoiada pelo Egito em junho de 2008. No entanto, quando o fim do período se aproximava, o Hamas começou novamente seus ataques com mísseis e morteiros contra Sderot, Ashkelon e outros centros altamente povoados no sul de Israel, lançando mais de 60 mísseis em apenas um dia (25 de dezembro). Em 27 de dezembro de 2008, na noite do sétimo dia de Chanuká, o Exército de Israel lançou a Operação Chumbo Fundido em Gaza para neutralizar a infraestrutura usada para realizar atividades terroristas e lançamentos de foguetes da Faixa de Gaza contra civis israelenses.

Por volta do meio-dia, a Força Aérea israelense atacou a infraestrutura do Hamas em Gaza, incluindo túneis subterrâneos e locais de lançamento de foguetes. Israel atingiu dezenas de alvos em toda a Faixa de Gaza, incluindo estruturas de armazenamento e produção, postos militares, túneis e locais de lançamento de mísseis.

Paralelamente a estes ataques, o exército israelense repetidamente abriu as rotas de Kerem Shalom e Erez para permitir a entrega de ajuda humanitária, alimentos, medicamentos e ambulâncias para a Faixa de Gaza. Em uma ocasião, o Exército de Israel até autorizou a transferência de duas crianças palestinas feridas e vinte pacientes crônicos da Faixa de Gaza para hospitais israelenses para receber o tratamento médico necessário.

Durante a operação, o Exército de Israel também chegou às casas de altos funcionários do Hamas. Na noite do quarto dia da operação, uma aeronave do exército israelense atingiu três edifícios do governo Hamas no bairro de Tel Awa, onde o Hamas administrava, financiava, planejava e realizava suas atividades terroristas.

O escritório do chefe da organização terrorista Hamas, Ismail Haniyeh, o prédio do conselho legislativo em Gaza e as casas dos altos funcionários do Hamas, Nizar Rayyan e Amrin Nabil, também foram bombardeados. As casas de Rayyan e Nabil foram atacadas pois por causa das armas escondidas lá. Rayyan e sua família foram avisados antes do ataque, mas se recusaram a deixar a propriedade. O Exército de Israel também atacou duas mesquitas Qassam e Grad, onde havia foguetes e mísseis armazenados.

Segunda fase da operação: entrada das forças terrestres

No sábado, aeronaves da Força Aérea Israelense atacaram terroristas na Faixa de Gaza, enquanto forças terrestres do Exército de Israel se preparavam para a segunda etapa da operação. Às 20:00, o sinal foi dado. Uma semana após o início da operação, tropas armadas, de infantaria, militares e de artilharia entraram na Faixa de Gaza, em um esforço para assumir o

controle de certos locais de lançamento da organização terrorista. Ao mesmo tempo, suas unidades pediram que dezenas de milhares de tropas de reserva se preparassem para entrar na Faixa de Gaza no dia seguinte.

As forças terrestres envolvidas na operação realizaram manobras terrestres na Faixa de Gaza e obtiveram muitos sucessos; todos com cobertura aérea e naval. Foram neutralizados dezenas de edifícios com armadilhas explosivas, grandes quantidades de armas foram descobertas, dezenas de terroristas foram presos, trazendo-os para Israel para interrogatório, e centenas de terroristas ficaram feridos. Durante a missão, os paraquedistas que operavam na área de El-Atatra, no norte da Faixa de Gaza, encontraram um mapa detalhado com todas as armadilhas e áreas de operação e combate do Hamas, inclusive as que se encontravam no meio da população civil.

A entrega de ajuda humanitária à população civil da Faixa de Gaza foi realizada durante toda a operação. Para este fim, duas semanas após o início da operação, uma "sala de operações humanitárias" foi estabelecida em Tel Aviv para gerenciar a transferência de ajuda humanitária e responder às necessidades palestinas durante a operação. Ao mesmo tempo, o Exército de Israel ordenou um cessar-fogo diário de algumas horas para permitir que a população civil de Gaza comprasse comida, suprimentos, remédios e combustível.

No vigésimo dia da operação, um avião da Força Aérea atacou um prédio em Jabaliya que abrigava uma reunião de líderes do Hamas, incluindo o ministro do Interior do Hamas, Said Seyam, e Salah Abu Jarrah, chefe do departamento de segurança interna. Este ataque levou à morte de Seyam e muitos terroristas ficaram feridos.

Centenas de túneis foram bombardeados por ataques da Força Aérea. A culminação desses ataques aéreos foi alcançada quando a Força Aérea destruiu cerca de cem túneis em apenas um dia. À medida que as forças terrestres avançavam em sua luta contra a infraestrutura do Hamas, ficou claro que havia uma nova tendência no número de ataques com foguetes em território israelense.

Fim da operação depois de 22 dias de combate

Vinte e dois dias após o início da operação, o gabinete de segurança israelense decidiu suspender as hostilidades na Faixa de Gaza. A resolução entrou em vigor às 2 da manhã e o general Yoav Galant anunciou a retirada das forças israelenses nas várias linhas da Faixa de Gaza. Depois disso, o Chefe de Gabinete Ashkenazi escreveu uma carta aos comandantes e soldados do Exército Israelense: "Os objetivos estabelecidos no início da operação foram alcançados na sua totalidade: "A infraestrutura e estrutura do Hamas foram duramente atingidas e essas novas condições modificaram significativamente a situação de segurança na região sul de Israel".

Informe Goldstone

O Exército israelense buscou a operar de acordo com o direito internacional, principalmente no que diz respeito à proteção de civis em áreas de operação. Hamas usou regularmente civis na Faixa de Gaza como escudos humanos, colocando depósitos de armas perto de hospitais e escolas.

Em 15 de setembro de 2009, foi criada uma missão de investigação para investigar alegados crimes de guerra durante a operação militar de Israel na Faixa de Gaza durante o inverno de 2008-2009. A missão, chefiada pelo juiz Sul Africano Richard Goldstone, apresentou uma análise jurídica profundamente tendenciosa e altamente problemática da conduta de Israel antes e durante a operação.

Em 1 de abril de 2011, Justice Goldstone publicou um artigo no Washington Post, "Revisitando o Relatório Goldstone sobre Israel e Crimes de Guerra", que revisou minuciosamente os posicionamentos centrais expressas no relatório e apresentou uma nova perspectiva a respeito das atividades do exército israelense durante a operação de Gaza.

Dois anos após a publicação do relatório, Goldstone afirmou inequivocamente que a missão de investigação não tinha as informações relevantes necessárias para tirar conclusões bem fundamentadas. Ele reconheceu a legitimidade da investigação do Exército de Israel e condenou o desrespeito flagrante do Hamas pela Lei de Conflito Armado, uma vez que continua atacando indiscriminadamente civis com lançamentos de foguetes e morteiros.

Como disse Goldstone em 1 de Abril, "Israel, como qualquer nação soberana tem o direito e a obrigação de se defender e manter seus cidadãos a salvo contra ataques de fora e de dentro."

Protestos Sociais – 2011

Em 31 de março de 2009, Benjamin Netanyahu assumiu o cargo de Primeiro Ministro de Israel e formou o seu segundo governo. No verão de 2011, uma série de protestos sociais estouraram em Israel. O motivo que iniciou as manifestações foi o aumento do aluguel de apartamentos. A possibilidade oferecida pelas redes sociais de compartilhar informações e convocar marchas permitiu que a iniciativa de Dafna Leif se multiplicasse por todo o país, a ponto de chamar centenas de milhares de manifestantes.

Através das redes sociais, barracas foram montadas na rua Rothschild, em Tel-Aviv, como um sinal de protesto contra a impossibilidade de pagar os altos aluguéis.

As razões para o protesto estavam aumentando, assim como o número de participantes. Entre os principais motivos estavam o protesto pelo aumento de alimentos (onde o caso mais conhecido foi o protesto pelo queijo Cottage, que é o queijo típico para o consumo israelense) e cortes nos programas sociais que começaram em 2003.

Em um sábado, 3 de setembro, ocorreu a maior manifestação; aproximadamente 400.000 pessoas participaram dos eventos que ocorreram em todo o país. Os principais slogans das manifestações eram: "O povo exige justiça social", "Queremos justiça (tzedek), não Tzedaká (caridade)".

O governo de Netanyahu reagiu às marchas imediatamente demonstrando todo o trabalho realizado na área social. Com o crescimento dos protestos, foi apresentado um programa para reduzir os custos de aluguel, o que não foi aceito pelos manifestantes.

Em 8 de agosto, Netanyahu nomeou a comissão de Trachtenberg para investigar e aconselhar na resolução do problema. O relatório da comissão foi entregue ao governo e parte dos conselhos foram adotados. Entre as recomendações da comissão de Trachtenberg adotadas pelo governo, estavam a extensão da lei sobre educação gratuita para crianças em idade pré-escolar e a permissão a importação de alimentos para baixar os preços e aumentar a competitividade do setor bancário para favorecer os clientes.

A influência dos protestos sociais foi variada e complexa. Novas organizações nasceram, como a "Hamishmar hajevrati" (a guarda social), novas comissões governamentais foram formadas, comissão de Trajtenberg e comissão para fortalecer a competitividade no mercado. Os protestos sociais tiveram também influência na Knesset (parlamento). Em 2013, dois dos líderes dos protestos, Stav Shafir e Itzik Shmuli, foram eleitos nas eleições para fazer parte da Knesset, representando o partido político Avoda.

Em março de 2015, o professor Manuel Trachtenberg e o professor Yosi Yona (que também fez um relatório e aconselhou o governo sobre os protestos de 2011) foram eleitos para a Knesset pelo partido Hamachane Hatzioni.

Operação Pilar Defensivo – 2012 – Amud Anan

Em 14 de novembro de 2012, o exército israelense lançou a operação "Pilar de Defesa" contra as organizações terroristas na Faixa de Gaza com o objetivo de reduzir o número de ataques com foguetes contra civis israelenses.

A operação começou com a eliminação de Ahmed Jabari, chefe do ramo militar do Hamas na Faixa de Gaza. Jabari foi um dos líderes da organização terrorista do mais alto nível de comando do Hamas. Foi também diretamente responsável pelos ataques contra Israel no passado, bem como pelo sequestro e cativeiro de Gilad Shalit.

Em oito dias, o Exército Israelense encontrou a mais de 1.500 locais terroristas na Faixa de Gaza, identificados e localizados pelas Forças de Inteligência nos meses anteriores.

Foram ocultados pelo Hamas no centro das áreas de assentamento civil:

- 19 líderes do Hamas e da Jihad Islâmica
- 30 líderes centrais de primeiro escalão
- 980 lançadores de foguetes subterrâneos
- 140 túneis para a transferência de armas
- 66 outras ferramentas para atividades terroristas
- 42 salas de operações e bases do Hamas
- 26 locais para a produção e armazenamento de armas
- Várias rampas e locais de lançamento para mísseis de longa distância

Entre os líderes terroristas identificados estavam:

- Ahmed Jabari, chefe da divisão militar do Hamas, dia 14 de novembro.
- Habes Masmah, entre os líderes da polícia do Hamas, dia 15 de novembro.
- Ahmed Abu Jalal, chefe da divisão militar do Hamas no centro da Faixa de Gaza, dia 16 de novembro.
- Khaled Shaer, um dos comandantes das forças antitanques do Hamas, dia 16 de novembro.
- Osama Abdul-Jawad, líder do cartel de armas do Hamas no sul da Faixa de Gaza, dia 17 de novembro.
- Ramez Harb, líder da Jihad Islâmica, membro da Brigada da Cidade de Gaza, dia 19 de novembro.

Durante a operação, o Hamas e outras organizações terroristas dispararam pela primeira vez foguetes de longo alcance nas cidades de Tel Aviv e Jerusalém. O Exército Israelense afetou a capacidade de foguetes de longo alcance, incluindo o Fajr-5, fabricado no Irã. Mais de 3,5 milhões de israelenses continuam vivendo sob a ameaça de foguetes do Hamas.

Apesar das advertências do Exército de Israel para salvar vidas de civis, o Hamas ordenou que seu povo ignorasse essas advertências e usou seus civis como escudos humanos. O Hamas disparou

foguetes de casas, escolas e mesquitas e instalou sua infraestrutura em prédios que abrigam escritórios de várias organizações de mídia em Gaza.

Durante esses oito dias, a vida tornou-se insuportável para os 3,5 milhões de israelenses dentro do alcance dos foguetes do Hamas. Terroristas de Gaza bombardearam Israel com mais de 1.500 foguetes.

Mais de 900 foguetes chegam a Israel. Outros 421 foram interceptados pelas baterias do Domo de Ferro, salvando inúmeras vidas e evitando um grande número de baixas civis em Israel. Mais de uma centena de foguetes disparados por terroristas atingiram a Faixa de Gaza. Portanto, os habitantes de Gaza também foram vítimas do Hamas.

Apesar de todos os esforços feitos pelo Comando de Defesa Civil, quatro civis israelenses foram mortos por foguetes de Gaza e outros 112 ficaram feridos. O soldado Yosef Fartuk, de 18 anos, foi morto em 20 de novembro por um foguete lançado de Gaza. Em 22 de novembro, o tenente Boris Yamulnik, de 18 anos, não sobreviveu aos ferimentos após ser atingido por um foguete lançado de Gaza no dia anterior.

Operação Margem Protetora – Tzuk Eitan, 2014

Enquanto o Exército Israel estava no meio da Operação Voltai Irmãos em Judeia e Samaria, o Hamas e outras organizações terroristas na Faixa de Gaza decidiram aumentar significativamente o lançamento de foguetes contra moradores do sul de Israel. Em três semanas, quase 250 foguetes foram disparados, forçando o Exército de Israel a reagir com força e determinação.

Início da operação

Em 7 de julho, as Forças de Defesa de Israel encontraram um grande número de esconderijos de armas, lançadores de foguetes do Hamas e infra-estrutura terrorista. Sirenes de alerta soaram na maioria das cidades de Israel, incluindo Tel Aviv e Jerusalém. Em média, um foguete a cada dez minutos era disparado da Faixa de Gaza. Um foguete inclusive chegou até a região de Zichron Yaakov, no norte de Israel, estendendo o alcance do Hamas. O Domo de Ferro interceptou centenas de foguetes disparados contra Israel.

Em 14 de julho, os foguetes do Hamas feriram duas meninas israelenses, entre 11 e 13 anos de idade. Enquanto o exército israelense fez todo o possível para proteger seus cidadãos, o Hamas usou moradores de Gaza como escudos humanos e, frequentemente, mesquitas, clínicas e inclusive escolas das Nações Unidas para ocultar suas atividades terroristas e disparo de foguetes contra Israel.

Em 15 de julho, como resultado das iniciativas de cessar-fogo a nível político, o exército israelense suspendeu suas atividades na Faixa de Gaza. O Hamas ignorou o cessar-fogo e disparou cerca de 50 foguetes contra Israel. Naquela mesma noite, um civil israelense foi morto por causa de disparos de foguetes perto da passagem de Erez. Durante a operação, o Hamas violou 8 cessar-fogo - todas respeitadas pelo exército israelense.

Operação Terrestre

Em 17 de julho, uma dúzia de terroristas do Hamas se infiltraram em Israel por meio de túneis subterrâneos para atacar um kibutz perto da fronteira. Ao fazê-lo, o Hamas violou a trégua humanitária que teria entrado em vigor naquela mesma tarde. Ao anoitecer, o Exército Israelense iniciou a fase terrestre da operação para destruir a rede de túneis em Gaza. 24 horas depois, o exército já havia descoberto cerca de dez túneis.

Durante os primeiros confrontos de terra em Gaza, vários soldados israelenses foram mortos em combate no distrito de Shuja'iya, um reduto do Hamas. Mais tarde, os soldados do Exército de Israel descobriram uma grande quantidade de armas e conseguiram neutralizar casas com armadilhas. Enquanto o disparo de foguetes continuava, Israel decidiu estabelecer um hospital temporário/móvel na travessia de Erez para tratar os palestinos feridos.

Em 23 de julho, o Hamas usou o hospital Al-Wafa em Gaza para lançar foguetes contra Israel. Depois de certificar-se de que o hospital tinha sido evacuado, o Exército de Israel se aproximou dos terroristas ali escondido. Este é um exemplo entre muitos em que o Hamas usou infraestruturas públicas para disparar foguetes contra Israel. Até o final de julho, mais de 3.000 foguetes foram disparados contra civis israelenses.

Em 1º de agosto, o Hamas violou o quinto cessar-fogo atacando soldados no sul da Faixa de Gaza. Durante várias horas, houve rumores de que um soldado havia sido sequestrado, porém, mais tarde, foi determinado que ele havia morrido em um tiroteio.

Em 5 de agosto, os dois lados mantiveram um cessar-fogo de 72 horas. Depois de destruir a maioria dos túneis terroristas subterrâneos, as forças terrestres retiraram-se da Faixa de Gaza. Depois de dois dias, o Hamas retomou seus ataques e exacerbou a situação. Depois de três dias de ofensivas aéreas por Israel, um novo cessar-fogo entrou em vigor. Mais uma vez, o cessar-fogo foi violado pelo Hamas e os ataques continuaram.

Operação Margem Protetora em números:

- Cerca de 4500 foguetes foram lançados em direção a Israel
- O exército israelense destruiu 32 túneis terroristas do Hamas, dos quais 14 se estendiam até o território israelense
- Terroristas do Hamas se infiltraram em território israelense 5 vezes
- 692 foguetes foram interceptados pelo Domo de Ferro
- Centenas de terroristas foram eliminados e muitos feridos

Conceitos básicos

- 1. Caldeirão de Raças (Cur Ituch):** Expressão metafórica do processo de mudança em que sociedades heterogêneas compostas de pessoas de diversas origens culturais, sociais, étnicas e religiosas, se tornam mais homogêneas. Nos primeiros anos do Estado de Israel, o primeiro-ministro, David Ben Gurion, promoveu uma política de fusão das diásporas, cujo propósito era projetar o caráter do sabra, isto é, o novo judeu, o produto israelense do caldeirão de raças.
- 2. Exército do povo:** É o recrutamento para o serviço militar de todos os cidadãos a partir de uma certa idade. Tinha dois objetivos: o recrutamento da maioria dos recursos nacionais em tempos de guerra e a integração social e cultural. Em 1948, após a formação do exército israelense, Ben Gurion estabeleceu os seguintes princípios: o povo é defendido pelo exército do povo, o recrutamento deve ser vigente para todos, o exército cumprirá funções sociais e educativas e será um co-participante central no processo de construção da nação.
- 3. Nakba:** Nakba é o nome que deram os palestinos a sua tragédia em 1948, na criação do Estado de Israel. Naquela época, centenas de milhares de árabes da Palestina deixaram suas casas ou foram expulsos. Aos olhos de muitos palestinos, a simples criação de Israel em Eretz Israel é em si uma catástrofe.
- 4. O Mandato Britânico:** No final da Primeira Guerra Mundial (1917) os britânicos conquistaram Eretz Israel - que estava sob domínio otomano- e a mantiveram até 1948. Desde 1920, o controle sobre a região recebeu apoio internacional, o que fixou o Mandato Britânico em Eretz Israel.
- 5. A Declaração Balfour:** Em 2 de novembro de 1917, o governo da Grã-Bretanha publicou a Declaração Balfour por meio de uma carta enviada pelo Ministro das Relações Exteriores ao Presidente Honorário da Organização Sionista Mundial na Grã-Bretanha, Lorde James Rothschild. A Declaração Balfour dizia, entre outras coisas: "O governo de Sua Majestade vê com bons olhos a fundação de um lar nacional para o povo judeu na Palestina e fará o seu melhor para facilitar a execução desse objetivo".
- 6. Resolução da partilha:** Em 29 de novembro de 1947, a ONU adotou uma resolução que determinava que na Palestina seriam criados dois estados: um Estado judeu e um Estado árabe. Jerusalém se tornaria um governo internacional. Além disso, a resolução determinava o fim do governo britânico em Eretz Israel.
- 7. Altalena:** O navio Altalena partiu da França para Israel por iniciativa do Movimento Revisionista, com mais de 900 olim e centenas de rifles e metralhadoras. Dado que, no início do mês, um acordo havia sido assinado com Menachem Beguin, líder do

movimento, para a dissolução do Etzel, o governo de Israel exigiu a entrega de todas as armas. O Etzel exigiu 20% do armamento. Quando o Altalena chegou à costa de Tel Aviv, o navio foi atingido por um projétil de artilharia disparado de uma arma do exército israelense e pegou fogo. Nos confrontos, 3 soldados do exército israelense e 16 combatentes do Etzel morreram. Dezenas de pessoas ficaram feridas. Questões decorrentes do caso: a imperiosidade de um exército unificado, a questão da obediência ao governo e o princípio de impedir uma guerra civil entre judeus.

8. **A época da Austeridade Económica (Tzena):** Para enfrentar a dura situação econômica, foi iniciado um regime de austeridade, conhecido como "Tzena", no qual foram estabelecidas rações de alimentos, roupas e móveis para cada cidadão.
9. **Canal de Suez:** O Canal de Suez é um canal artificial que atravessa o Egito do outro lado do deserto do Sinai e serve de passagem para navios entre o leste da Ásia, Oceano Índico e Mar Vermelho para o Mar Mediterrâneo e Europa. Sua largura varia de 100 a 200 metros. Sua enorme importância reside na possibilidade de que os navios que navegam entre a Ásia e a Europa não tenham que percorrer a África, abreviando e reduzindo significativamente os custos de transporte. Entre a Guerra dos Seis Dias e a retirada israelense do Sinai após o acordo de paz entre Israel e o Egito, o Canal também foi a fronteira entre os dois países. Em 2015 foi inaugurado um novo Canal do Suez paralelo ao já existente, com 72 km de extensão.
10. **O julgamento de Eichmann:** Foi o julgamento contra o criminoso de guerra nazista Adolf Eichmann de acordo com a "Lei de Justiça contra os nazistas e seus colaboradores". O réu foi julgado por suas ações durante a Shoá e sua sentença foi a morte; execução por enforcamento. O julgamento ocorreu em 1961 e pela primeira vez os sobreviventes da Shoá puderam contar suas experiências na Europa nazista diante do grande público israelense e mundial. Este julgamento mudou a atitude da sociedade israelense em relação aos sobreviventes da Shoá, que até então se caracterizavam pelo silêncio e falta de contenção.
11. **Os Panteras Negras:** Foi um movimento de jovens das comunidades orientais que protestaram e lutaram contra a discriminação étnica por parte do Estado de Israel. O movimento foi nomeado após a influência de uma organização do mesmo nome que agiu nos Estados Unidos contra a discriminação com afro-americanos. O movimento surgiu em Jerusalém no início dos anos 1970.
12. **Operação Entebbe:** Foi a ação militar realizada pelo Exército de Israel em Uganda em 4 de julho de 1976 com o objetivo de salvar a vida de 105 passageiros judeus, israelenses e tripulantes de um avião da Air France sequestrado por terroristas durante um voo de Israel para a França. Apesar do entrincheiramento dos sequestradores em um país hostil, quase todos os reféns foram resgatados ilesos. Durante a operação, três reféns

foram mortos, assim como o comandante de Sayeret Matkal (comando de elite que realizou a operação) Yonathan Netanyahu. Após sua morte, a operação também foi chamada de "Operação Yonathan".

- 13. O Plano Alon:** Plano para dividir os territórios conquistados na Guerra dos Seis Dias entre Israel, os países árabes e os habitantes palestinos dos territórios. O Plano foi apresentado em 1967 por Igal Alon, então Ministro do Trabalho. Segundo este plano, a fronteira oriental do Estado de Israel passaria pelo rio Jordão e continuaria pelo centro do Mar Morto e pela fronteira obrigatória na área de Arava (entre o Mar Morto e Eilat). A maioria absoluta dos territórios em Judeia e Samaria, da Faixa de Gaza e do Sinai seriam entregues aos habitantes árabes da região. O plano não foi oficialmente aceito, mas teve uma influência decisiva na política de assentamentos nos territórios da Judeia, Samaria e Gaza dos governos trabalhistas.
- 14. Massacre dos esportistas em Munique:** Ataque terrorista que ocorreu durante as Olimpíadas de Munique, em setembro de 1972. 11 atletas israelenses foram mortos por terroristas da organização "Setembro Negro". Os terroristas exigiram a libertação de 232 prisioneiros palestinos presos em Israel.
- 15. Comissão Agranat:** Foi uma comissão liderada pelo então Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Shimon Agranat, que investigou os eventos da Guerra de Yom Kipur e seus resultados. A Comissão foi formada como resultado da pressão pública sobre o governo após o fiasco da Guerra de Yom Kipur.
- 16. O bombardeio ao reator nuclear iraquiano:** O bombardeio foi realizado em 7 de junho de 1981 a fim de evitar que o Iraque continuasse a desenvolver armas atômicas. Depois que todos os esforços diplomáticos contra o ditador daquele país, Saddam Hussein, fracassaram, o reator foi totalmente destruído pela Força Aérea Israelense.
- 17. Guerra do Golfo:** Em 1991, 39 mísseis atingiram Israel. Um 7.400 casas, 200 lojas e 50 carros foram danificados. Uma pessoa foi morta. A guerra começou em 17 de janeiro de 1991 com o bombardeio de Bagdá por aviões da Força Aérea da América do Norte na "Operação Tempestade no Deserto".
- 18. Operação Moshe:** Foi a primeira operação de aliá em massa de judeus da Etiópia. Ocorreu em 1984, depois das notícias sobre a situação dos judeus na região. Neste país havia seca e fome, somadas às perseguições sofridas pelos judeus pelo regime vigente, que os proibia de praticar a religião judaica, à seca e à fome, os líderes acusavam a comunidade judaica de espionagem a favor de Israel. A operação levou várias semanas e foi absolutamente confidencial, devido à ausência de relações diplomáticas entre Israel e o regime etíope; Cerca de 6.300 olim fizeram aliá.

- 19. Operação Shlomo:** Em 24 de maio de 1991, durante o festival de Shavuot, cerca de 14.300 olim da Etiópia foram levados para Israel durante a "Operação Shlomo". A operação durou menos de 48 horas e depois outros 6.000 olim da comunidade etíope chegaram ao país. A operação foi possível graças à retomada das relações diplomáticas entre Etiópia e Israel e ao consentimento do governo etíope para trazer um transporte aéreo para Israel em troca de um resgate de 40 milhões de dólares.
- 20. A Linha Verde:** É a linha de armistício entre Israel e Egito, Jordânia, Síria e Líbano, conforme firmado nos acordos de armistício assinados em 1949, após a Guerra da Independência e até a Guerra dos Seis Dias em 1967. Seu nome é originário do lápis verde grosso utilizado para desenhar a linha no mapa que foi usado nas negociações. Outros nomes para a Linha Verde são "Fronteiras de 1967" e "Fronteiras de '48".
- 21. Plano de Desconexão:** Um plano implementado pelo governo de Israel no verão de 2005, durante o qual Israel evacuou unilateralmente os habitantes dos assentamentos judaicos na Faixa de Gaza e as forças do exército israelense retiraram-se completamente para os limites da Linha Verde. O programa foi promovido e implementado pelo então primeiro-ministro Ariel Sharon. Cerca de 8.600 colonos judeus foram evacuados da Faixa de Gaza em 8 dias. No dia seguinte, as grandes celebrações palestinas aconteceram na Faixa de Gaza e a maioria das sinagogas abandonadas foram profanadas e queimadas. O Plano de Desengajamento foi submetido a uma forte controvérsia e trouxe à tona disputas muito antigas na sociedade israelense.
- 22. Mahapach, A Reviravolta:** As eleições para o 9º Knesset ocorreram em 1977 e registraram o triunfo histórico do partido Likud, para o qual foi cunhado o termo "Mahapach", "Reviravolta política". Depois de quase 50 anos em que os partidos trabalhistas, encabeçados pelo Mapai, dominaram as instituições do Yishuv e do Estado, pela primeira vez o Likud, com Menachem Beguin à frente, conseguiu tomar o controle do governo. A "Reviravolta" não foi uma substituição comum do governo, mas um terremoto político que era desconhecido até aquele momento. Setores sociais inteiros, cuja voz não tinha sido ouvida até agora no Estado de Israel, sentiram que o Likud e Beguin os representavam.
- 23. A aliá da ex União Soviética:** a grande onda de aliá dos judeus da antiga União Soviética começou após a queda do governo soviético em 1990 e trouxe mais de um milhão de pessoas para Israel. Após anos sem contato entre a comunidade judaica da URSS e o Estado de Israel, a queda do regime soviético foi seguida pela retomada das relações diplomáticas entre os dois países. A onda massiva de aliá causou grandes mudanças demográficas na sociedade israelense.
- 24. A Linha Bar Lev:** A linha Bar Lev foi um sistema fortificado construído por Israel ao longo do Canal de Suez desde o final de 1968 para defender os soldados israelenses que

guardavam a fronteira entre Israel e o Egito ao longo do Canal. A linha fortificada recebeu o nome da imprensa em nome do então chefe de gabinete do exército israelense, Chaim Bar Lev. Na Guerra de Yom Kipur, a primeira linha do sistema entrou em colapso, quando quase todas as fortificações próximas ao Canal foram conquistadas.

25. Lei do Retorno (1950): É a lei que dá a todo judeu o direito de ir a Israel sob a condição de Olê (judeu que imigra para Israel) e adquirir a cidadania. Para os fins desta lei, "judeu" significa uma pessoa que nasceu de uma mãe judia ou se converteu ao judaísmo e não é membro de outra religião. A cidadania israelense entra em vigor na chegada ao país ou com a aquisição de um Certificado Olê. Uma pessoa pode declarar, dentro de três meses, que não deseja adquirir a cidadania. A partir de 1970, o direito de imigrar sob a proteção desta lei foi estendido aos filhos e netos de um judeu e seus respectivos cônjuges. O objetivo desta alteração foi garantir a unidade das famílias em que houve um casamento misto e não se aplica a pessoas que eram judias e convertidas por sua própria vontade a outras religiões.

Personagens

1. **Igal Alon**: militar e político israelense que era comandante do Palmach. Igal Alon era um alto funcionário do Tzahal na Guerra da Independência, primeiro-ministro por 19 dias e ministro em vários governos de Israel. Durante seu mandato como Ministro do Trabalho, ele propôs o programa para os territórios da Cisjordânia e Gaza, mais tarde conhecido como Plano Alon.
2. **Moshe Dayan**: militar, estadista e político israelense. Ele começou como um oficial no Haganá e no Palmach, e mais tarde tornou-se o quarto chefe do Estado-Maior de Tzahal, o qual comandou durante a Guerra do Sinai. Dayan foi Ministro da Defesa durante a Guerra dos Seis Dias, a Guerra de Atrito e a Guerra do Yom Kipur. Além disso, ele contribuiu decisivamente para o acordo de paz com Egito, quando atuou como ministro das Relações Exteriores durante o governo de Menachem Beguin. Dayan é considerado um dos arquitetos da imagem e espírito de Tzahal como um forte exército de caráter ofensivo.
3. **David "Dado" Elazar**: Militar israelense, ele foi o Chefe do Estado Maior do Tzahal durante a Guerra de Yom Kipur e Chefe do Comando Norte na Guerra dos Seis Dias. Ele nasceu na Bósnia e foi chanich do Hashomer Hatzair. Dado fez aliá no contexto da Aliat Hanoar, pouco antes da invasão nazista da Iugoslávia. Foi chanich de Igal Alon no Palmach.
4. **Levy Eshkol**: Terceiro Primeiro Ministro do Estado de Israel e ministro de vários governos. Ele nasceu na Ucrânia em 1895 e estudou na Ginástica Hebraica de Vilnius, a capital da Lituânia. Ele fez aliá em 1914, durante a Segunda Aliá. Ele estava ativo em instituições do Centro Agrícola e na Agência Judaica para Eretz Israel; foi contado entre os fundadores da Haganá e participou das grandes iniciativas de assentamento, como Chomá Umigdal (Torre e Empalizada). Ele serviu por 11 anos como Ministro das Finanças, o mais longo prazo nesta posição na história do país.
5. **Chaim Weizmann (1874-1952)**: Primeiro Presidente do Estado de Israel, de 1948 a 1952. Nasceu na Rússia (atual Bielorrússia). Ele era um doutor em química. Em seu trabalho como cientista, ele inventou um método para obter acetona a partir do milho e, com base nessa invenção, uma indústria de emergência foi criada em favor do esforço de guerra da Grã-Bretanha na Primeira Guerra Mundial. Teve uma influência decisiva na ação diplomática que levou à Declaração Balfour. Ele era o chefe da Delegação Sionista para Eretz Israel, Presidente da Organização Sionista Mundial, fundador da Agência Judaica Ampliada e um dos fundadores do Keren Hayesod.
6. **Itzhak Sadé (1890-1952)**: Primeiro Comandante do Palmach. Ele também foi um dos líderes da Haganá. Ele nasceu em Lublin, na Polônia. Na Rússia, ele conheceu Yosef

Trumpeldor e ajudou-o na organização de Hechalutz. Em 1920 fez aliá. Participou da Guerra da Independência e na construção do Tzahal, influenciando seu perfil e valores.

7. **David Ben Gurion:** Primeiro Primeiro Ministro de Israel. Ele nasceu em 1886 na Polônia, ele fez aliá em 1906 com seus companheiros da tnuá Ezrah. Ele estudou Direito na Universidade de Istambul. Entre seus cargos: ele estava entre os fundadores da Central de Trabalhadores (Histadrut) e seu primeiro Secretário Geral. Titular do Conselho de Governadores Sionista e Agência Judaica, líder do partido Mapai, ministro de vários governos e deputado da primeiro à sétima Knesset. Sua visão era fazer o Negev florescer, então ele se mudou para o Kibbutz Sde Boker para se aposentar da vida política. Ele foi enterrado lá, de acordo com seu pedido expresso.
8. **Menachem Beguin:** Sexto Primeiro Ministro de Israel, entre 1977 e 1983. Ele era o chefe do Movimento Cherut e do Partido Likud, ministro de vários governos de Israel, comandante do Etzel durante o tempo de luta contra o mandato britânico. Beguin assinou o acordo de paz entre Israel e o Egito em 1979, e ganhou o Prêmio Nobel da Paz em 1978, após o início do processo de paz com Egito.
9. **Yitzhak Rabin:** Ele foi primeiro-ministro de Israel por dois períodos: o primeiro, entre 1972 e 1977, e o segundo entre 1992 e 1995. Rabin foi o sétimo chefe de gabinete de Tzahal que comandou durante a Guerra dos Seis Dias e foi o embaixador de Israel. Israel nos EUA. Em seu segundo mandato como primeiro-ministro, ele iniciou negociações com o líder da OLP, Yasser Arafat, uma negociação que levou aos Acordos de Oslo. Por sua participação na assinatura desses acordos, ele ganhou o Prêmio Nobel da Paz em 1994. Rabin foi assassinado durante seu mandato como primeiro-ministro por um atacante israelense-judeu, Igal Amir, que se opôs aos acordos de paz.
10. **Shimon Peres:** nono presidente de Israel, entre 2007 e 2014. Ele foi primeiro-ministro entre 1984 e 1986, e por mais sete meses, após o assassinato de Yitzhak Rabin, em 1995 e 1996. Por cinco décadas ele foi vice do partido Mapai. Ele estava envolvido desde a juventude no trabalho militar e político de Israel.
11. **Yitzhak Shamir:** ele foi o sétimo primeiro-ministro de Israel, após a renúncia de Menachem Beguin em 1983. Shamir serviu como primeiro-ministro intermitentemente por mais de seis anos. Juntamente com seu rival político, Shimon Peres, Shamir liderou o Governo da Unidade Nacional formado em 1984. Shamir era um alto funcionário do Mossad e um dos comandantes do Lechi. Ele nasceu na Zona de Residência Judaica na Europa Oriental e estudou Direito, em paralelo com sua atividade entusiástica no movimento Beitar. Ele fez a aliá para Israel em 1935 e se juntou ao Etzel. Em 2001, recebeu o Prêmio Israel pelo Trabalho da Vida, por sua contribuição especial à sociedade e ao país.

12. **Golda Meir:** Quarta Primeira Ministra de Israel, entre 1969 e 1974. Ela foi a única mulher a ocupar essa posição na história do país. Antes disso, ela atuou como Ministra do Trabalho e Ministra das Relações Exteriores. Como primeiro-ministro, ela liderou Israel durante a Guerra de Atrito e a Guerra do Yom Kipur. Ele nasceu na Ucrânia e emigrou com a família para os EUA.
13. **Ehud Barak:** Ele foi o décimo primeiro-ministro do Estado de Israel entre 1999 e 2001. Ele era ministro da Defesa e foi o 14º chefe de gabinete do IDF. Ele serviu como deputado do Knesset para o Partido Trabalhista e para o Partido da Independência, e foi ministro de vários governos em Israel. Durante seu mandato como Premier, a Segunda Intifada eclodiu após o fracasso das negociações com a Autoridade Palestina nas conversas de Camp David. Durante seu mandato como Ministro da Defesa, a Força Aérea de Israel atacou o reator nuclear na Síria e executou a Operação "Inverno Quente", a "Operação de Chumbo Fundido" e o "Operário de Coluna Defensiva".
14. **Ehud Olmert:** foi o 12º primeiro-ministro do Estado de Israel pelo partido Kadima, entre 2006 e 2009. Anteriormente, foi ministro de vários governos Kadima e Likud por partes, e prefeito de Jerusalém. Os principais eventos de segurança durante seu governo foram a Segunda Guerra do Líbano, o ataque israelense ao reator nuclear na Síria e a Operação Chumbo Fundido. Por sua atuação na guerra, Olmert foi duramente criticado pelo Controlador do Estado e pela Comissão Winograd.
15. **Ariel Sharon:** Foi o 11º Primeiro Ministro de Israel, entre 2001 e 2006. Foi ministro de vários governos, deputado do Likud, fundador e chefe do partido Kadima. Ele estava entre os fundadores do Likud que içou a bandeira da Grande Eretz Israel. Sharon se destacou por sua atitude militante na luta contra o terrorismo e seu apoio aos assentamentos judaicos nos territórios, sendo apelidado, até mesmo, como o "pai dos assentamentos". Após ser reeleito como Premier, em 2003, houve uma mudança em sua posição: ele anunciou o Plano de Desconexão. De fato, em 2005, evacuou todos os assentamentos na Faixa de Gaza e mais quatro no norte da Samaria. Logo depois, ele sofreu um derrame e morreu em 2014.
16. **Binyamin Netanyahu:** Atual primeiro-ministro (2017). Ele foi primeiro-ministro em dois períodos: o primeiro, entre 1996 e 1999, e o segundo, desde 2009, que continua até hoje. Ele também foi Ministro da Economia, Ministro das Relações Exteriores e Chefe da Oposição. Desde dezembro de 2005, ele é o líder do partido Likud. Sua primeira posição diplomática foi como embaixador de Israel na ONU, entre 1984 e 1988. Ele nasceu e cresceu em Jerusalém até que sua família emigrou para os EUA, e retornou a Israel em 1967 para se alistar nas Forças de Defesa de Israel como soldado de combate e como chefe do Comando Matkal.

17. **Moshe Sharet:** Ele foi o segundo primeiro-ministro de Israel, entre 1954 e 1955, entre dois mandatos de David Ben Gurion. Foi um dos líderes do Yishuv e foi o primeiro ministro das Relações Exteriores de Israel. Nasceu na Ucrânia e fez aliá com sua família em 1906. Ele era o diretor do Departamento Político da Agência Judaica, encarregado de administrar as relações entre o movimento sionista e os oficiais do Mandato Britânico, bem como a busca de apoio dos países da região e do mundo para a criação de um estado judeu.
18. **Yasser Arafat:** Foi presidente da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) entre 1969 e 2004 (35 anos) e da Autoridade Nacional Palestina, de 1993 a 2004. Arafat liderou a guerra contra Israel por meio de ataques terroristas e guerrilhas. Em 1993, ele assinou os acordos de Oslo com Yitzhak Rabin, o que lhe rendeu o Prêmio Nobel da Paz. Em 2000, ele liderou, juntamente com o Hamas, a Segunda Intifada. Arafat alegava que ele nasceu em Jerusalém, mas de acordo com a maioria das fontes ele nasceu no Cairo, Egito.
19. **Abu Mazen:** apelido de Mahmoud Abbas, líder palestino, herdeiro de Yasser Arafat na liderança da Organização de Libertação da Palestina e presidente da Autoridade Palestina desde as eleições de 2005. Abbas é um dos fundadores do movimento Fatah. Ele nasceu em Safed, no território do Mandato Britânico. Em 1948, sua família fugiu para a Síria, onde completou seu primeiro diploma em Direito. Segundo informações do governo israelense, ele estava entre os fundadores da organização Setembro Negro. Ele completou seus estudos de doutorado em História na União Soviética, com uma tese - mais tarde publicada como um livro - em que ele argumentava que o movimento sionista colaborou com os nazistas no extermínio do povo judeu. Ele também argumentou que o número de vítimas judias na Shoá não poderia ser especificado.
20. **Ahmad Yassin:** O Sheikh Ahmad Ismail Hassan Yassin foi o fundador e líder da organização Hamas, criada em 1987, e que deu base teológica e selo religioso ao terrorismo. Ele foi morto em uma ação de liquidação seletiva realizada pelo Exército de Israel durante a Segunda Intifada.
21. **Mohamed Anwar al Sadat:** Foi o presidente do Egito entre 1970 e 1981. Ele iniciou a guerra de Yom Kipur com a Síria contra Israel em 1973. Em 1977 ele fez uma visita histórica a Israel, o que levou à assinatura dos Acordos de Camp David e ao tratado de paz entre Israel e Egito, o primeiro tratado de paz entre Israel e um Estado vizinho. Por seus esforços para alcançar este acordo, ele e Menachem Begin ganharam o Prêmio Nobel da Paz em 1978. Ele foi assassinado pela Jihad Islâmica Egípcia em 6 de outubro de 1981.
22. **Reuven "Rubi" Rivlin:** Nasceu em Jerusalém em 1939. Desde muito jovem já se identificava com o movimento juvenil Beitar e com a ideologia de Zeev Jabotinsky,

representados pelo partido político Likud. É advogado, político israelense e presidente de Israel desde 24 de julho de 2014.

23. **Yonatan “Yoni” Netanyahu**: Ele era um membro da elite da unidade Sayeret Matkal das Forças de Defesa de Israel. Seu irmão mais novo, Benjamin Netanyahu, é o atual primeiro-ministro de Israel. O tenente-coronel Netanyahu foi premiado com a distinta medalha de serviço por sua conduta na Guerra de Yom Kipur. Ele participou da Operação Entebbe no Aeroporto de Entebbe (Uganda), onde o voo 139 da Air France, um Airbus com 12 tripulantes e 248 passageiros, foi sequestrado; os reféns foram resgatados pelos militares israelenses. Netanyahu foi o líder da equipe que atacou diretamente o terminal e a única baixa militar israelense do ataque.
24. **Eli Cohen**: Nascido no Egito, contribuiu para atividades pró-Israel na década de 1950, mas a parte mais importante de sua carreira começou quando ele foi recrutado pela inteligência militar israelense em 1960. Ele recebeu uma falsa identidade de árabe sírio que retornou à Síria depois de viver na Argentina. Para estabelecer seu álibi, Cohen foi para a Argentina em 1961 e no ano seguinte mudou-se para Damasco. Durante os anos seguintes, usando o apelido de Kamel Amin Tsa'abet (comumente pronunciado como Sa'bet ou Tha'bet), Cohen ganhou com sucesso a confiança de vários oficiais do governo e militares sírios e enviou mensagens de inteligência a Israel por rádio, cartas secretas e, ocasionalmente, visitando Israel pessoalmente. Sua conquista mais famosa foi sua viagem às fortificações sírias nas colinas de Golan. Em 1964, seu controle foi transferido para o Mossad como parte da reorganização realizada nos sistemas de inteligência israelenses. Em janeiro de 1965 ele foi descoberto por especialistas soviéticos enviando mensagens de rádio e foi condenado por espionagem. Apesar dos esforços internacionais para que a Síria mudasse a sentença de morte, incluindo a do papa Paulo VI, ele foi enforcado publicamente na praça de Marje, em Damasco. Seu corpo ficou pendurado por horas, com um sinal descrevendo seus "crimes" e seu "serviço ao inimigo". Até hoje, a Síria se recusa a devolver os restos mortais de Eli Cohen à sua família para um funeral em Israel.

Cronologia de Primeiros-Ministros

- 1948-1954, 1955-1963: David Ben Gurion
- 1954-1955: Moshe Sharet
- 1963-1969: Levi Eshkol
- 1969-1974: Golda Meir
- 1974-1977, 1992-1995: Yitzhak Rabin
- 1977-1983: Menachem Begin
- 1983-1984, 1986-1992: Yitzhak Shamir
- 1984-1986, 1995-1996: Shimon Peres
- 1996, 2009, 2013, 2015, 2018: Binyamin Netanyahu
- 1999-2001: Ehud Barak
- 2001-2006: Ariel Sharon
- 2006-2009: Ehud Olmert



הסוכנות היהודית
JEWISH AGENCY
FOR ISRAEL
לארץ ישראל

Securing the Jewish Future for Generations